

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	95
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	98
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	15.495.454	15.298.091
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	349.267	1.340.811
1.01.01	Caixa	249.277	190.648
1.01.01.01	Caixa	249.277	190.648
1.01.02	Aplicações de Liquidez	99.990	1.150.163
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	99.990	1.150.163
1.02	Ativos Financeiros	14.739.429	13.567.032
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	312.908	315.076
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	312.908	315.076
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14.426.521	13.251.956
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	331.839	575.602
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.646.145	1.551.761
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.745.966	10.396.744
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-266.653	-240.904
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	969.224	968.753
1.03	Tributos	204.903	189.290
1.03.03	Outros	204.903	189.290
1.03.03.01	Créditos Tributários	204.903	189.290
1.04	Outros Ativos	12.540	9.674
1.04.03	Outros	12.540	9.674
1.04.03.01	Outros Ativos	14.340	11.474
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28
1.05.05	Outros Investimentos	28	28
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	28
1.06	Imobilizado	63.131	60.723
1.06.01	Imobilizado de Uso	234.251	225.724
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	234.251	225.724
1.06.03	Depreciação Acumulada	-171.120	-165.001
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-171.120	-165.001
1.07	Intangível	126.156	130.533
1.07.01	Intangíveis	234.033	229.897
1.07.01.01	Intangíveis	234.033	229.897
1.07.03	Amortização Acumulada	-107.877	-99.364
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-107.877	-99.364

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	15.495.454	15.298.091
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.233.023	13.216.225
2.02.01	Depósitos	12.596.875	12.448.917
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.812.950	1.694.744
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.201.538	9.153.017
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.582.387	1.601.156
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	223.635	378.619
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	223.635	378.619
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	412.513	388.689
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	121.509	94.042
2.02.03.02	Relações Interdependência	49.336	20.059
2.02.03.03	Emissão de Títulos	179.328	169.199
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	31.510	78.857
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	30.830	26.532
2.03	Provisões	229.938	210.086
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	171.271	149.646
2.03.02	Provisão para Contingências	58.667	60.440
2.05	Outros Passivos	223.992	178.606
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	11.270	6.086
2.05.02	Outras Obrigações	212.722	172.520
2.07	Patrimônio Líquido	1.808.501	1.693.174
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.122
2.07.04	Reservas de Lucros	246.055	246.055
2.07.04.01	Reserva Legal	21.024	21.024
2.07.04.02	Reserva Estatutária	225.031	225.031
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	89.324	-26.003

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	733.715	1.432.560	642.850	1.193.160
3.01.01	Operações de Crédito	640.346	1.231.108	489.920	945.996
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	83.534	177.891	136.688	233.861
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	0	0	9.633	710
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	9.835	23.561	6.609	12.593
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-349.262	-692.838	-353.257	-620.963
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-283.525	-575.771	-295.565	-516.291
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-3.494	-6.080	-6.929	-8.782
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-59.099	-109.317	-50.763	-95.890
3.02.04	Resultado de operações de câmbio	-3.144	-1.670	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	384.453	739.722	289.593	572.197
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-258.874	-510.345	-228.322	-436.293
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	51.953	101.357	45.411	84.791
3.04.02.01	Receita de Prestação de Serviços	38.974	75.828	33.912	62.977
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	12.979	25.529	11.499	21.814
3.04.03	Despesas com Pessoal	-163.269	-316.533	-129.814	-253.308
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-132.376	-253.877	-127.467	-243.694
3.04.05	Despesas Tributárias	-25.840	-50.410	-20.340	-40.422
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	27.953	46.107	20.174	42.716
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-17.295	-36.989	-16.286	-26.376
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	125.579	229.377	61.271	135.904
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.696	-90.528	-8.702	-43.043
3.06.01	Corrente	-53.566	-105.412	-15.086	-57.707
3.06.02	Diferido	8.870	14.884	6.384	14.664
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	80.883	138.849	52.569	92.861
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	80.883	138.849	52.569	92.861
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-15.077	-23.757	-8.608	-15.222
3.10.01	Participações	-15.077	-23.757	-8.608	-15.222

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	65.806	115.092	43.961	77.639
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	6,91	12,09	4,62	8,15
3.99.01	Lucro Básico por Ação	6,91	12,09	4,62	8,15
3.99.01.01	ON	6,91	12,09	4,62	8,15

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	65.806	115.092	43.961	77.639
4.04	Resultado Abrangente do Período	65.806	115.092	43.961	77.639
4.04.01	Lucro Abrangente	65.791	115.065	43.951	77.621
4.04.02	Lucro Abrangente das Part. dos não Controladores	15	27	10	18

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-973.475	1.987.097
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	332.540	253.588
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	229.377	135.904
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	103.163	117.684
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.306.015	1.733.509
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	243.764	-181.319
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-97.233	-137.774
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	14.977	25.686
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.433.389	-865.508
6.01.02.05	Outros Créditos	8.667	-42.536
6.01.02.06	Outros valores e bens	-2.860	-527
6.01.02.07	Outras obrigações	89.839	57.688
6.01.02.08	Depósitos	147.958	2.827.908
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-154.984	-49.865
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	10.129	146.067
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	4.286	9.459
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	-46.660	-7.590
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-90.509	-48.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.896	-6.223
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-8.660	-1.883
6.02.03	Aquisição de Intangível	-14.971	-10.784
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento	4.735	6.444
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-40.340
6.03.01	Remuneração de Capital Próprio	0	-40.340
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	826	-2.673
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-991.545	1.937.861
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.340.811	988.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	349.266	2.926.462



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	246.055	0	-26.003	0	1.693.174
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	235	0	235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	246.055	0	-25.768	0	1.693.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	115.092	0	115.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	115.092	0	115.092
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	246.055	0	89.324	0	1.808.501

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.980	0	-24.361	0	-40.341
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.980	0	0	0	-15.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-24.361	0	-24.361
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	77.639	0	77.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	77.639	0	77.639
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	149.597	0	53.278	0	1.675.997

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022</b>
7.01	Receitas	1.470.705	1.224.777
7.01.01	Intermediação Financeira	1.432.560	1.193.160
7.01.02	Prestação de Serviços	101.357	84.791
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-109.317	-95.890
7.01.04	Outras	46.105	42.716
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-583.521	-525.073
7.02.01	Captação	-575.771	-516.291
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasses	-6.080	-8.782
7.02.03	Despesa de Câmbio	-1.670	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-245.858	-230.128
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-11.561	-12.277
7.03.02	Serviços de Terceiros	-198.912	-192.937
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-35.385	-24.914
7.04	Valor Adicionado Bruto	641.326	469.576
7.05	Retenções	-25.599	-22.742
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.599	-22.742
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	615.727	446.834
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	615.727	446.834
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	615.727	446.834
7.09.01	Pessoal	294.680	233.819
7.09.01.01	Remuneração Direta	216.581	172.024
7.09.01.02	Benefícios	63.005	49.998
7.09.01.03	F.G.T.S.	15.094	11.797
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	185.507	118.176
7.09.02.01	Federais	179.217	112.877
7.09.02.02	Estaduais	5	0
7.09.02.03	Municipais	6.285	5.299
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	19.407	17.200
7.09.03.01	Aluguéis	19.407	17.200
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	116.133	77.639
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	24.361
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	116.133	53.278

## Comentário do Desempenho



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2T2023

**Comentário do Desempenho**

# MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 2º trimestre de 2023 – 2T2023, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site [ri.banpara.b.br](http://ri.banpara.b.br), na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

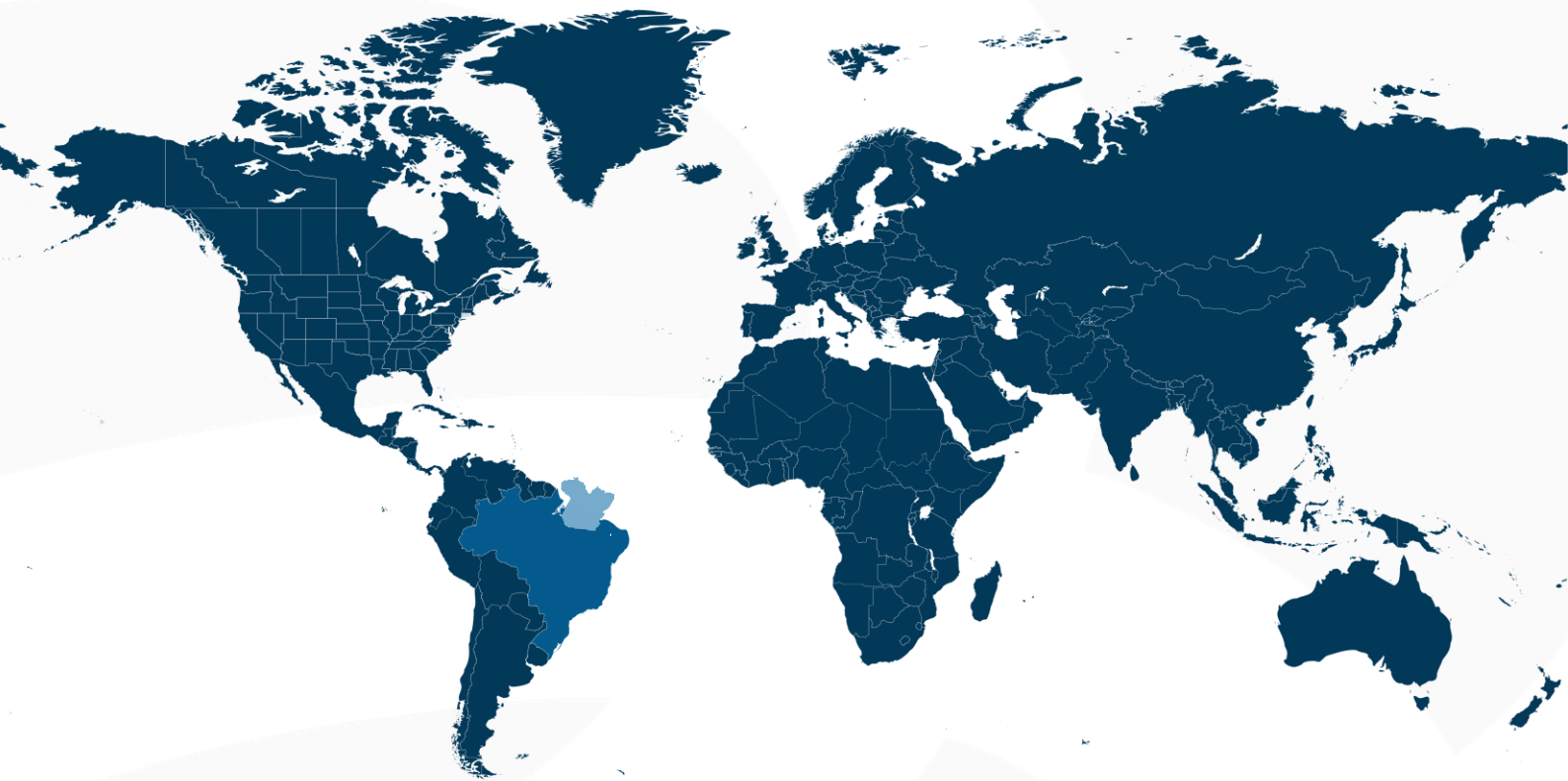
Boa leitura!



Relatório da Administração 2T2023

Comentário do Desempenho

# CENÁRIO ECONÔMICO



## CENÁRIO INTERNACIONAL

O Fundo Financeiro Internacional (FMI) informou que o cenário econômico internacional apresentou ligeira melhora nas expectativas para o crescimento da economia global para o ano de 2023, ainda que permaneça desafiador. Para esse cenário, é possível destacar:

- Reabertura Comercial da China;
- Aumento do custo de vida mundial;
- Aperto das condições monetárias nas principais economias mundiais;
- A guerra na Ucrânia;
- Embora a OMS tenha declarado fim do estado de emergência, ainda temos os efeitos causados pela pandemia da COVID-19.

## CENÁRIO NACIONAL

Dados das Contas Nacionais, divulgados em junho de 2023 pelo IBGE, mostram que:

- Crescimento do PIB 2023 de **1,9%** na passagem do 4T 2022 para o 1T2023 (série com ajuste sazonal);
- Variação de -0,08% no IPCA de junho;
- A inflação acumulada em 12 meses foi 3,16%, com tendência de queda;
- Queda na inflação projetada para o fechamento de 2023, passando de 5,69% em dois de junho de 2023 para 4,98% em 30 de junho de 2023;
- Queda na projeção da taxa Selic para 12,00%, ante 12,50%.

## CENÁRIO REGIONAL

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas revisou em março de 2023, que:

- Crescimento real do PIB paraense foi de **2,03%**, em 2023, ante projeção anterior de 2,64% de julho de 2022;
- Em 2023, a estimativa de crescimento da economia paraense passou de 2,82%, ante 3,09% em julho de 2022.

Relatório da Administração 2T2023

## Comentário do Desempenho

**RESULTADOS CONTÁBEIS**

Itens de Resultado - R\$ mil	2T2023	1T2023	V3M	2T2022	V12M
Receitas Totais	810.476	767.877	<b>5,55%</b>	706.770	<b>14,67%</b>
Resultado Bruto Intermed. Financ.	387.081	355.270	<b>8,95%</b>	289.594	<b>33,66%</b>
Resultado Operacional	128.902	103.429	<b>24,63%</b>	61.638	<b>109,13%</b>
Margem Financeira	443.552	405.488	<b>9,39%</b>	340.357	<b>30,32%</b>
Lucro Líquido	65.805	49.288	<b>33,51%</b>	43.961	<b>49,69%</b>
Receita de Serviços	51.953	49.405	<b>5,16%</b>	45.411	<b>14,41%</b>
Despesas com Provisões (PCLD)	56.471	50.218	<b>12,45%</b>	50.763	<b>11,24%</b>
Despesas Administrativas	132.376	121.501	<b>8,95%</b>	127.467	<b>3,85%</b>
Margem Líquida	7,13%	7,00%	<b>1,86%</b>	12,94%	<b>-44,90%</b>

O Lucro Líquido no 2T2023 foi de R\$ 65,80 milhões, refletindo um aumento de 49,69% quando comparado ao mesmo período de 2022. Esse resultado foi impulsionado pelo aumento das receitas com operações de crédito.



**Lucro Líquido**  
**R\$ 65,80 milhões**

▲ **49,69% (12m)**

Já as Despesas Administrativas do 2T2023 apresentaram um aumento de 3,85% em comparação ao 2T2022. No mesmo período, as Despesas com Provisões aumentaram 11,24%.

Itens Patrimoniais - R\$ mil	2T2023	1T2023	V3M	2T2022	V12M
Ativos Totais	15.495.454	15.485.618	<b>0,06%</b>	15.597.225	<b>-0,65%</b>
Op. de Crédito (Cart. de Crédito)	11.887.438	11.258.390	<b>5,59%</b>	9.219.785	<b>28,93%</b>
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	431.829	854.947	<b>-49,49%</b>	3.675.892	<b>-88,25%</b>
Tít. e Valores Mobiliários	1.646.145	1.599.240	<b>2,93%</b>	1.266.923	<b>29,93%</b>
Captações Totais	12.999.837	13.100.226	<b>-0,77%</b>	13.343.146	<b>-2,57%</b>
Patrimônio Líquido	1.808.503	1.768.701	<b>2,25%</b>	1.642.318	<b>10,12%</b>

O Patrimônio Líquido aumento 10,12% na comparação anual, influenciados pelo crescimento das operações de crédito, que cresceram 28,93% em relação ao 2T2022.

Na mesma base comparativa, as Operações com Títulos e Valores Mobiliários aumentaram 29,93%. Já em relação ao 1T2023, houve uma expansão de 2,93%.

Índices e Medidas de Eficiência	2T2023	1T2023	V3M	2T2022	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	1,35%	1,28%	<b>5,47%</b>	1,51%	<b>-10,60%</b>
Índice de Basileia	15,42%	15,77%	<b>-2,22%</b>	17,52%	<b>-11,99%</b>
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,39%	1,26%	<b>10,32%</b>	1,43%	<b>-2,80%</b>
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE)	12,45%	11,42%	<b>9,02%</b>	12,07%	<b>3,15%</b>
Índice de Eficiência	70,16%	72,32%	<b>-2,99%</b>	71,02%	<b>-1,21%</b>

## Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho**

Índice de Provisão	2,20%	2,14%	<b>2,80%</b>	2,36%	-6,78%
Índice de Cobertura	30,77%	31,40%	<b>-2,01%</b>	31,28%	-1,63%

O Índice de Inadimplência reduziu na base anual 10,60%. Contudo, cresceu 5,47% em comparação ao 1T2023, refletindo no menor Índice de Provisão, que caiu 6,78% no mesmo período.

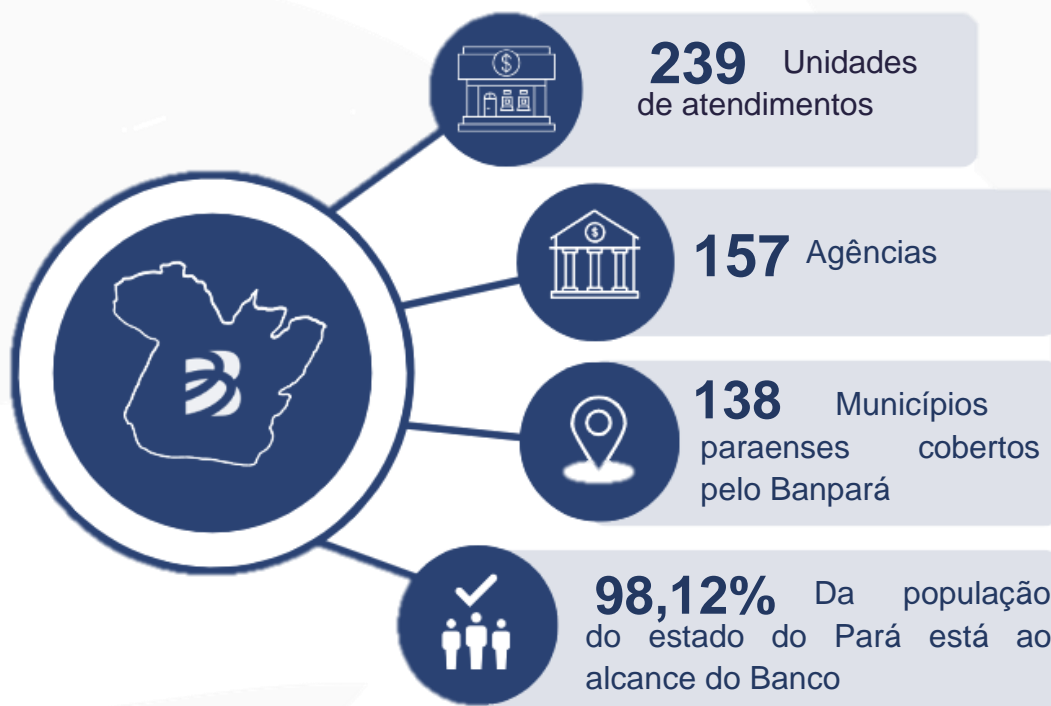
Outro indicador que apresentou bom desempenho foi o Índice de Eficiência, que caiu 2,80% e 1,21%, relativamente ao 1T2023 e 2T2022, respectivamente.

<b>Funding - R\$ mil</b>	<b>2T2023</b>	<b>1T2023</b>	<b>V3M</b>	<b>2T2022</b>	<b>V12M</b>
Depósitos à Vista	1.812.950	1.831.827	<b>-1,03%</b>	1.580.628	<b>14,70%</b>
Depósitos de Poupança	1.582.387	1.560.923	<b>1,38%</b>	1.456.184	<b>8,67%</b>
Depósitos a Prazo	9.201.538	9.385.057	<b>-1,96%</b>	10.095.896	<b>-8,86%</b>
Letras Financeiras	179.328	173.482	<b>3,37%</b>	157.991	<b>13,51%</b>
Obrig. Oper. Comprom.	223.635	148.937	<b>50,15%</b>	52.448	<b>326,40%</b>
Obrig. Emprést. Repasses	62.340	95.611	<b>-34,8%</b>	103.221	<b>-39,61%</b>
<b>Total</b>	<b>13.062.177</b>	<b>13.195.836</b>	<b>-1,01%</b>	<b>13.446.368</b>	<b>-2,86%</b>

No 2T2023, as captações mantiveram-se estáveis em relação aos períodos analisados, apresentando pequena redução de 1,01% no comparativo com o 1T2023 e de 2,86% em relação ao 2T2022. A redução nas bases comparadas se deve essencialmente ao menor volume captado na linha Depósito a Prazo.



# COBERTURA GEOGRÁFICA



O Banpará finalizou o 2T2023 com 239 unidades de atendimento, entre Agências, Postos de Atendimento, Caixas de Atendimento Avançados – CAV’s e Postos de Atendimento Eletrônicos – PAE’S. Nesse período, foi inaugurada 01 Agência em Novo Repartimento, município que não possuía unidades do Banpará.

## Market Share

<b>Market Share - Número de Agências Por Região Administrativa 2T2023</b>			
<b>Região de Integração</b>	<b>Banpará</b>	<b>Todos os Bancos</b>	<b>(%) Cobertura do Banpará</b>
Araguaia	15	42	<b>35,71%</b>
Baixo Amazonas	14	44	<b>31,82%</b>
Carajás	14	63	<b>22,22%</b>
Guajará	18	112	<b>16,07%</b>
Guamá	19	42	<b>45,24%</b>
Lago de Tucuruí	6	24	<b>25,00%</b>
Marajó	14	22	<b>63,64%</b>
Rio Caeté	15	28	<b>53,57%</b>
Rio Capim	15	45	<b>33,33%</b>
Tapajós	6	15	<b>40,00%</b>
Tocantins	12	42	<b>28,57%</b>
Xingu	9	25	<b>36,00%</b>
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>504</b>	<b>31,15%</b>

Fonte: Relação de Agências BCB (base: abril/2023).

Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho*****Market Share em Relação ao Mercado - % No Estado: 2T2023 (Valores em R\$ mil)***

<b>Produto</b>	<b>Banpará</b>	<b>Pará</b>	<b>Market Share</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	9.438.072	22.642.385	<b>41,68%</b>
<b>Depósitos à vista</b>	1.933.201	5.897.913	<b>32,78%</b>
<b>Depósitos de poupança</b>	1.572.991	13.553.998	<b>11,61%</b>
<b>Operações de Crédito</b>	11.300.444	52.962.878	<b>21,34%</b>

Fonte: ESTBAN - Valores com base no mês de abril/2023.

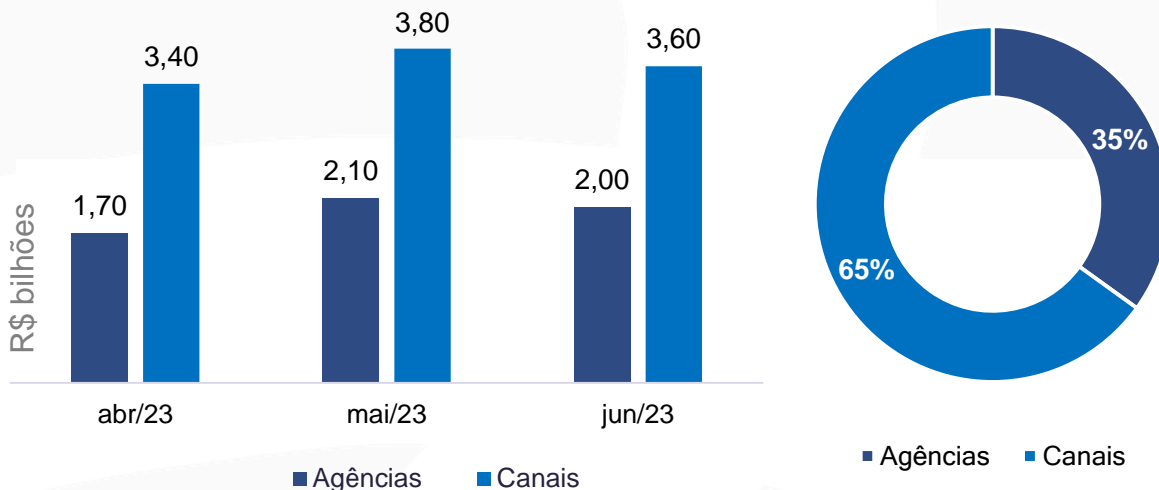
Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho**

# CANAIS E CLIENTES

## Atendimento ao Cliente

No acumulado do 2T2023, foram transacionados R\$ 5,8 bilhões nas Agências e R\$ 10,8 bilhões nos canais eletrônicos disponibilizados pelo Banpará. Em termos percentuais, o volume de transações nos canais representou 65% das transações do Banpará.



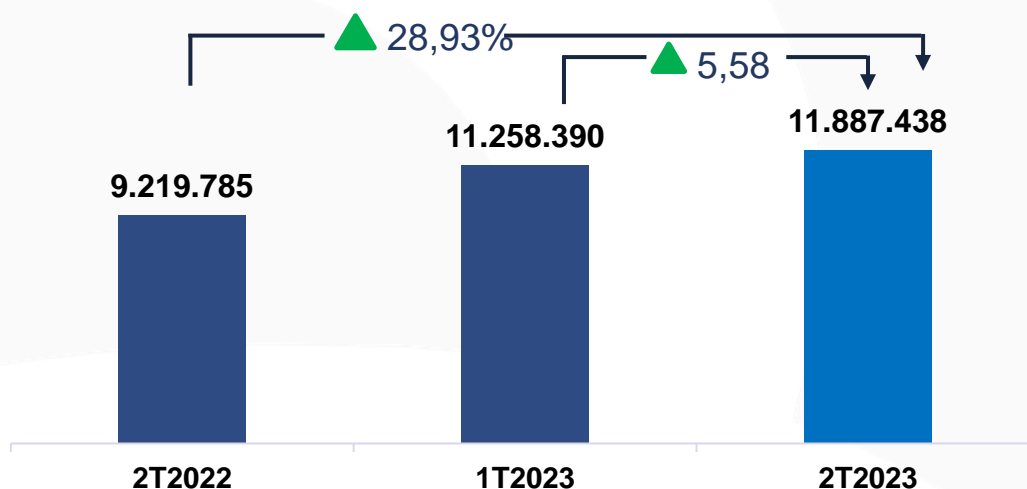
## Contas e Clientes

No fechamento do 2T2023, o Banpará alcançou a marca de 676.347 mil clientes ativos, pessoa física e jurídica, representando um crescimento de 8,50% em comparação com o 2T2022. Esse aumento está alinhado a estratégia de expansão da sua presença regional.

	2T2023	2T2022
<b>Pessoa Física</b>	<b>664.303</b>	<b>613.040</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>12.044</b>	<b>10.339</b>

Relatório da Administração 2T2023

## Comentário do Desempenho

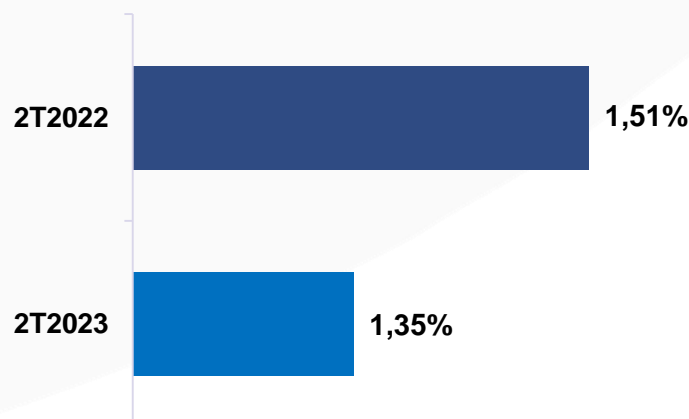
**CARTEIRA DE CRÉDITO****Operações de Crédito – R\$ mil**

As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 28,93% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para o aumento das linhas de crédito consignado e crédito imobiliário.

**Qualidade da Carteira De Crédito Por Nível De Risco**

Classe de Risco	2T2023	1T2023	2T2022
<b>AA</b>	63,04%	61,98%	53,43%
<b>A</b>	31,51%	32,04%	40,31%
<b>B</b>	1,56%	1,79%	1,58%
<b>C</b>	0,50%	0,77%	1,03%
<b>D</b>	1,08%	1,22%	1,15%
<b>E - H</b>	2,31%	2,20%	2,51%

No 2T2023, o Banpará manteve 96,61% do seu crédito nas classes de risco AA - C. No 1T2023, esse percentual foi de 96,58%. Já no 2T2022, alcançou 96,35%. Essas classificações, concentradas no intervalo AA-C, estão relacionadas ao volume das operações transacionadas em consignação em folha de pagamento e das concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada.

**Índice de Inadimplência - 90 dias**

O saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias apresentou redução de 0,16 p.p. na variação em 12 meses, demonstrando uma melhora significativa no índice de inadimplência.

## Comentário do Desempenho

# RECURSOS HUMANOS

O Banpará encerrou o 2T2023 com um total de 2.596 funcionários, tendo um quadro composto por diversos níveis de formação, com profissionais de nível superior, médio e fundamental, admitidos por meio de concurso público, consolidando uma força de trabalho abrangente e dedicada.

## Estagiários e Jovens Aprendizes

No 2T2023 o Banpará possui **336** estagiários e **67** Jovens Aprendizes, garantindo o compromisso do Banco com a formação e desenvolvimento dos jovens, sendo fundamental para o crescimento e contribuição com a sociedade.

## Saúde e Qualidade de Vida



Para garantir o bem-estar do corpo funcional, o Banpará analisa os postos de trabalho e implanta programas de saúde e segurança para prevenção de doenças e acidentes - PGR, análise ergonômica e avaliação da saúde ocupacional dos empregados - PCMSO. O PGR deve ser integrado ao Programa de Saúde Ocupacional (PCMSO), para proteger a saúde dos funcionários.

Também são realizadas campanhas variadas, abordando temas como saúde mental, prevenção ao suicídio, câncer de mama, câncer de próstata, vacinação e prevenção às ISTs/AIDS, além de incentivo a alimentação saudável, contribuindo para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde dos empregados. Ademais, o Banpará oferece apoio a dependentes químicos e assistência social aos funcionários.

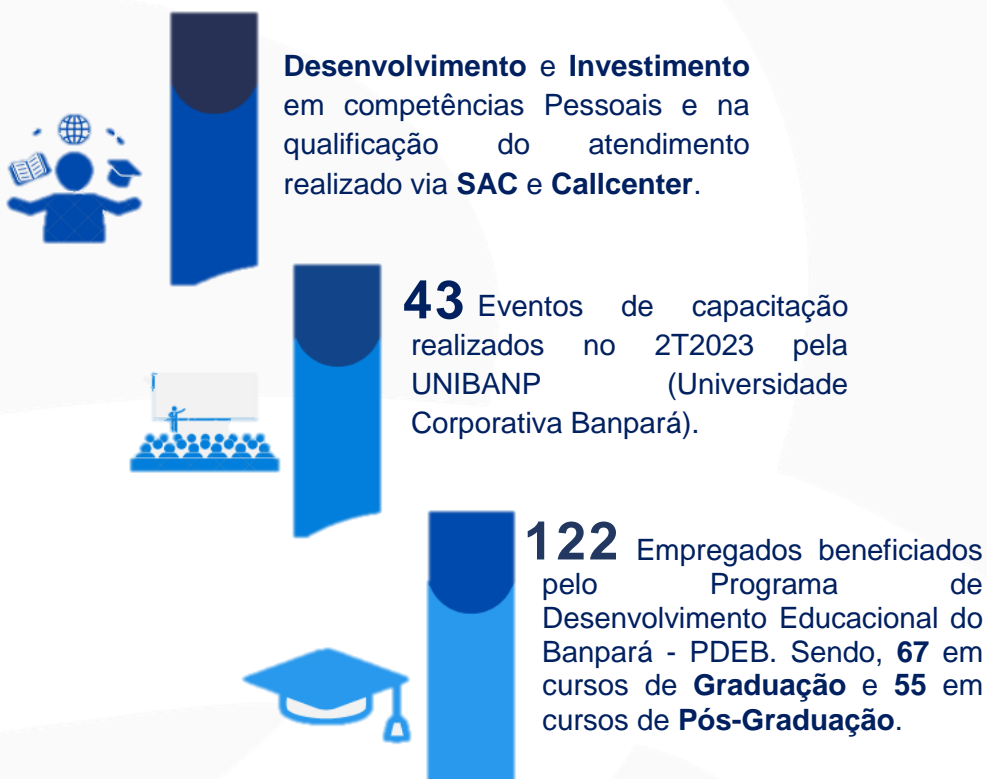
O Banpará também possui o Programa Mais Saúde, que incentiva a realização de check-ups periódicos e, com isso, ainda promove sorteios de prêmios. O check-up regular previne patologias e melhora a qualidade de vida, impactando positivamente no desempenho no trabalho.

Outra ação importante de incentivo à saúde é a oferta mensal de sessões de Terapias Holísticas e do Abono Atividade Física, que incentivam a prática de atividades físicas. Essas atividades contribuem para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde, melhorando a qualidade de vida do empregado.

Relatório da Administração 2T2023

## Comentário do Desempenho

### Treinamento e Capacitação



As ações de treinamentos são estruturadas de acordo com as Trilhas de Conhecimentos que são um conjunto integrado de ações de capacitação relacionadas ao progresso na carreira dos empregados.

#### Trilhas de Conhecimento



##### Trilha Básica

Ponto de partida para todos os funcionários do Banco, a Trilha Básica tem o foco em desenvolver competências essenciais para as atividades do dia-a-dia e formação do Bancário Banpará.



##### Trilhas Específicas

Voltada para o desenvolvimento de funcionários que estão assumindo função comissionada, as Trilhas Específicas reúnem conhecimentos especializados de acordo com o desafio de cada unidade.



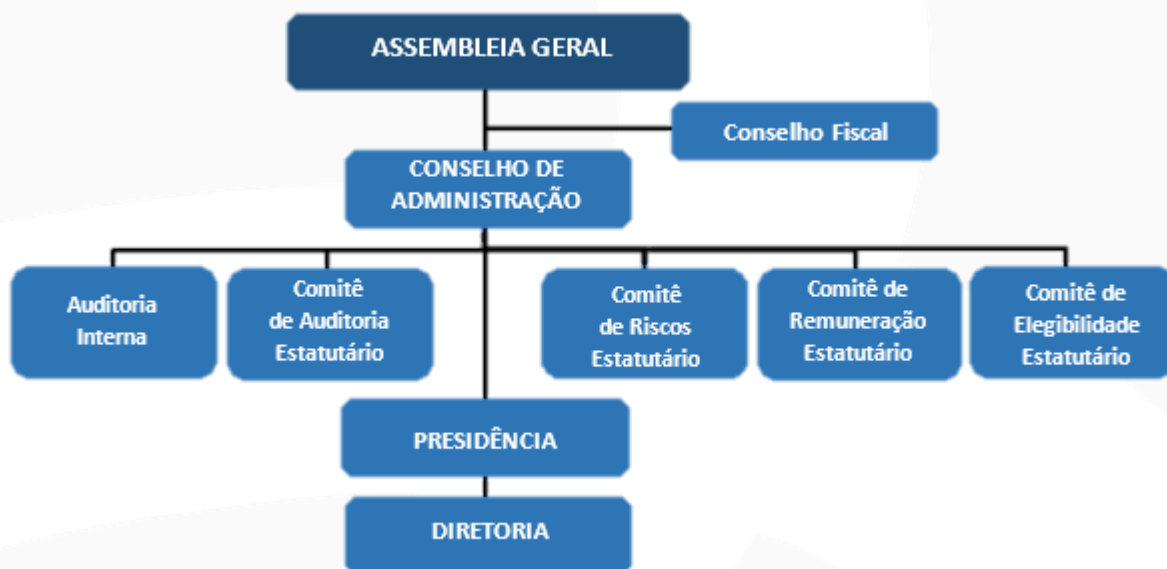
##### Trilha de Liderança

A Trilha de Liderança é voltada para líderes potenciais e em exercício. Tem o foco em aspectos comportamentais e técnicos para formar funcionários de Alto Desempenho.

Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho****GOVERNANÇA CORPORATIVA**

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta por diferentes órgãos de gestão e fiscalização:



O Conselho de Administração, composto por 8 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas e supervisionar as ações da gestão. Enquanto a Diretoria Colegiada, composta por uma Diretora Presidente e 5 (cinco) diretores, é responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho e praticar os atos necessários à realização dos objetivos sociais da companhia, em conformidade com a legislação em vigor e com o Estatuto Social.

O Banco conta ainda com comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Riscos, Comitê de Elegibilidade e o Comitê de Remuneração.

Com essa estrutura de Governança Corporativa, o Banco tem como objetivo maximizar o valor a Instituição e garantir a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, com ética e responsabilidade, atuando sempre em conformidade com as normas regulatórias e as melhores práticas de mercado.

Relatório da Administração 2T2023





**Comentário do Desempenho****RELACIONAMENTO COM INVESTIDOR****Estrutura Acionária**

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	17	0,0002%
Outros	1.444	0,0152%
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100%</b>

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

**Rating**

Rating de longo prazo

			
	<b>Local</b>	<b>Global</b>	<b>Soberano</b>
	AA-.br	Ba2	Ba2
	brAA+	BB-	BB-

Todas as informações e relatórios das Agências de Rating estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará ([ri.banpara.b.br](http://ri.banpara.b.br)) na seção de Governança Corporativa e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**Remuneração aos Acionistas**

O Banco do Estado do Pará S.A. possui a Política de Pagamento de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, que busca informar ao mercado sobre as práticas adotadas quanto a remuneração aos acionistas da Companhia.

No 1º trimestre de 2023 foi aprovada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) referente ao período, sendo destinado o montante de R\$ 30.063.292,65 (trinta milhões, sessenta e três mil, duzentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a R\$ 3,157361991 bruto por ação.



Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho****OUVIDORIA**

A Ouvidoria do Banpará acredita que é possível dentro de uma linha de atuação colaborativa, alinhar necessidades, expectativas e interesses diversos, conferindo entrega de valor, agilidade, resolutividade e capilaridade às soluções construídas, fortalecendo o instrumento da mediação na estruturação de uma ouvidoria estratégica.

No 2T23 foram analisadas **227 demandas**. Desse total, somente **7** foram prorrogadas por igual período.

O prazo para o atendimento é de até 10 dias úteis, conforme a Resolução CMN nº 4.860/2020, ou de 20 dias corridos para assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com as regulamentações vigentes, sendo signatária da autorregulação Bancária da Febraban que, pelo **SARB 022/2019**, exige que pelo menos 50% das reclamações sejam respondidas no prazo de até 5 dias úteis. Do qual Banco pretende manter o atendimento célere com no mínimo 50% das demandas recebidas em um prazo de até 05 dias úteis.

Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho****GENCIAMENTO DE RISCOS  
FINANCEIROS E DE CAPITAL**

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na Declaração de Apetite por Riscos - RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do Planejamento Estratégico e Orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

No fechamento do trimestre, o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na RAS, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banpará é adaptada ao seu modelo de negócios, natureza das operações e complexidade dos produtos.

**RISCO DE MERCADO/IRRBB**

A Gerência de Risco de Mercado e IRRBB monitora e controla exposições aos riscos de mercado na carteira de negociação. Gerencia ainda o movimentos das taxas de juros, que podem impactar o capital e os resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária garantindo a conformidade com procedimentos e controles.

**RISCO DE LIQUIDEZ**

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações posteriores, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro.

**RISCO DE CRÉDITO**

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

Ressalta-se ainda que o Banpará utiliza uma abordagem integrada de gerenciamento de riscos financeiros e de capital, alinhada aos objetivos estratégicos, sendo

## Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho**

continuamente aprimorada para garantir a solidez e a segurança das operações e a solidez da instituição.

Para o 2T2023, em comparação ao 2T2022, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

<b>Gestão de Capital - R\$ mil</b>	<b>2T2023</b>	<b>1T2023</b>	<b>V3M</b>	<b>2T2022</b>	<b>V12M</b>
Patrimônio de Referência - PR	1.682.346	1.637.480	2,74%	1.560.271	7,82%
PR Nível I	1.682.346	1.637.480	2,74%	1.560.271	7,82%
Índice de Basileia	15,42%	15,77%	-2,22%	17,52%	-11,99%
RWA	10.909.128	10.382.890	5,07%	8.904.797	22,51%

No 2T2023, o aumento do montante do Patrimônio de Referência – PR foi impulsionado pelo resultado líquido do período.

Por fim, vale destacar o IB, bem acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%), contudo próximo ao limite estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS, (15%), representando um ponto de atenção em relação a tomada de novas exposições ao risco. Outras Informações sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, *compliance*, operacional, social, ambiental e climático, podem ser consultadas nos Relatórios de Pilar 3 disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>.

Relatório da Administração 2T2023

## Comentário do Desempenho

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

## PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO



**BANPARÁBIO**  
**R\$ 22,42 mi**

Linha de crédito ao fortalecimento da bioeconomia do Estado.



**ENERGIA SOLAR**  
**R\$ 18,4 mi**

A linha de Energia Solar ajudou 375 lares paraenses no 2T23, com fonte de energia limpa e sustentável. Em junho de 2023 foram contratados quase R\$ 300 mil em novos contratos.



**MICROCRÉDITO**  
**R\$ 100,26 mi**

Linha de crédito para micro e pequenos empreendedores do Estado, destinada a suas necessidades de giro ou investimento. Só em junho de 2023 foi liberado mais de R\$ 1,5 milhão.



**IMOBILIÁRIO**  
**R\$ 657,6 mi**

O crédito imobiliário Banpará conta as melhores taxas do mercado, financiando até 90% do valor avaliado. É possível ainda contar com o uso do FGTS para financiar o imóvel.



**CRÉDITO RURAL**  
**R\$ 99,23 mi**

Linha de crédito destinada a apoiar pequenos a grandes produtores, seja com custeio, investimento, comercialização e/ou industrialização.

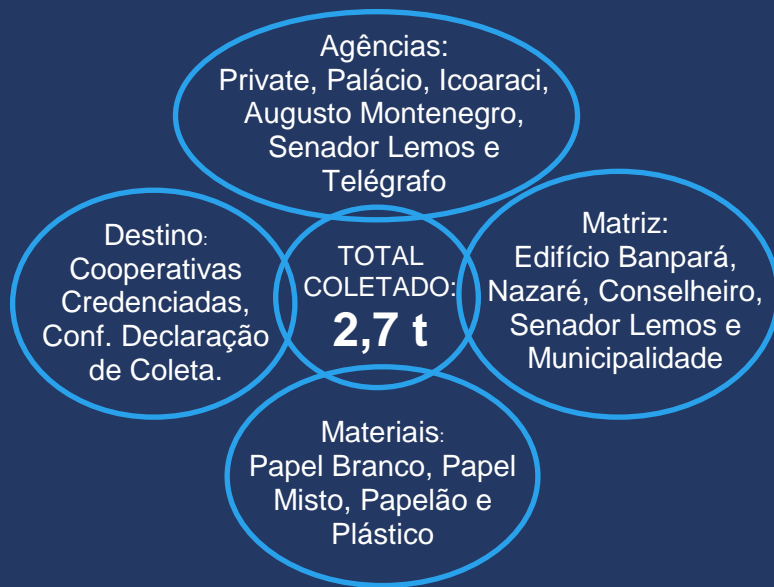
# RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICA E ESG



O Banpará tem buscado medidas para fortalecer a gestão para incorporação da agenda ESG (social, ambiental e climática) nos seus negócios, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos negócios e contribuir com as metas do governo para sustentabilidade e redução das emissões de GEE.

As diretrizes socioambientais e climáticas do Banco consolidadas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – **PRSAC** estão pautadas nas melhores práticas de mercado e aderentes às orientações dos órgãos reguladores, dadas especialmente pelas Resoluções CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021, bem como pelas normas do SARB nº 14 da Febraban, visando promover a efetividade desta agenda e mitigar riscos sociais, ambientais e climáticos, de forma estratégica.

## DESTINAÇÃO DE 2,7 T DE RESÍDUOS PARA COLETA



### FORTALECENDO A AGENDA ESG:

- Gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos no âmbito institucional.
- Implementação do Plano de Comunicação de responsabilidade e risco socioambiental.
- Monitoramento do consumo de papel, energia e descartáveis.
- Implementação do Programa de Treinamentos sobre riscos e responsabilidade socioambiental.
- Crédito sustentável e bioeconomia.
- CDB Verde.

**Comentário do Desempenho****GESTÃO DE INTEGRIDADE**

A Política de Conformidade (*Compliance*) do Banpará tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes para direcionamento do processo de gestão da função *Compliance* que engloba a conformidade com a Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção.

A Alta Administração do Banpará, comprometida com o fortalecimento do sistema de gestão da conformidade relacionada à Lei Anticorrupção, aderiu a Autorregulação Bancária – Prevenção à Ilícitos da **Febraban** e mantém status de Participante no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – **PNPC** do Tribunal de Contas da União – **TCU** e Controladoria Geral da União – **CGU**.



O Programa foi pautado em nove pilares, dentre os quais destacamos, neste trimestre, as iniciativas estruturadas nos pilares referentes à Política de *Compliance* e de Treinamento e Comunicação, conforme destacadas a seguir:

O Conselho de Administração aprovou a revisão da Política de Conformidade (*Compliance*) que incorporou diretrizes anticorrupção relacionadas a inclusão de cláusula de obrigatoriedade do conhecimento e observância das recomendações do Código de Ética e de Conduta do Banpará nos contratos de relacionamento com a alta administração, empregados, colaboradores, terceiros, clientes, patrocinados e donatários, bem como a inclusão de cláusula sobre a observância das leis e normas de anticorrupção nos contratos, termos aditivos e afins firmados com terceiros, clientes, patrocinados e donatários.

Com relação ao Pilar Treinamento e Comunicação, o compromisso da Alta Administração é demonstrado por meio da iniciativa relacionada a disseminação da cultura de integridade realizada a partir do Programa de Educação Continuada - *Compliance* e Prevenção à Lavagem de Dinheiro/ Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT que disponibilizou, neste trimestre, treinamento sobre os temas a todos os empregados do Banpará. Vale destacar também, a participação das Gestoras de *Compliance* no 10º Congresso Internacional de *Compliance*, realizado no período de 20 a 22 de junho de 2023, na busca de aprimoramento dos conhecimentos, sensibilização e engajamento com relação as tendências nacionais e mundiais inerentes aos riscos e oportunidades de *Compliance*.

**Comentário do Desempenho**

# GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

O Banpará utiliza a metodologia de **Autoavaliação** ou **Control Self Assessment (CSA)** para avaliação dos riscos e controles dos processos conduzidos na instituição. A autoavaliação é aplicada anualmente, onde os gestores respondem as perguntas relacionadas aos controles existentes em seus processos, cientes de sua responsabilidade como 1º linha no gerenciamento de riscos e controles.



No último trimestre de 2022, seis profissionais da equipe de Controles Internos do Banpará obtiveram a Certificação Febraban FBB800 em Controles Internos, representando 75% da equipe total da área. O propósito da certificação é garantir que os profissionais certificados possuam os conhecimentos técnicos necessários para o desempenho de suas atividades e estejam aderentes às melhores práticas de mercado para

atuar na área de Controles Internos das Instituições Financeiras. Profissionais certificados(as) atestam para o mercado que possuem conhecimentos relacionados aos principais conceitos de controles internos; sistema e política de controles, relacionamento entre controles internos, governança, riscos, *Compliance* e auditoria interna, assim como sobre as principais ferramentas para o desempenho das atividades: mapeamento de processos, mapeamento de riscos e de controles, testes de efetividade de controles, metodologias de controle, monitoramento e melhoria contínua.

A área de Controles Internos monitora o progresso dos planos de ação implementados pelas respectivas áreas responsáveis. De forma periódica, esses planos são submetidos à apreciação da Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração, permitindo o acompanhamento contínuo dos processos. Isso permite a avaliação dos principais resultados reportados, garantindo o fortalecimento dos procedimentos realizados pela estrutura de Controles Internos em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas, e assegurando a realização dos objetivos estratégicos da instituição.

**Execução da avaliação de efetividade dos processo de PLD/FF:** de acordo com a Circular BCB 3.978/2020, as instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil têm a obrigação de avaliar e elaborar um relatório até 31 de março do ano seguinte à data-base. Esse relatório tem como objetivo avaliar a efetividade das políticas, procedimentos e controles internos adotados para prevenir o uso do sistema financeiro em práticas de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e financiamento do terrorismo. A metodologia elaborada por essa área foi considerada satisfatória pelo regulador, que elogiou os resultados apresentados.

Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho**

# GESTÃO A PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição desenvolveu e implementou no sistema de PLD nova Metodologia de Avaliação de Risco de LD/FT. A partir dessa implementação foi possível medir o nível de risco institucional em relação a LD/FT, sendo o Banpará classificado como de baixo risco em relação a LD/FT.

Risco Institucional

**3.6**NÍVEL DE RISCO:  
**BAIXO**



Relatório da Administração 2T2023

**Comentário do Desempenho****AGRADECIMENTOS**

As realizações alcançadas no 2T2023 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

**Diretora-Presidente**

Ruth Pimentel Mélo

**Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores**

Igor Barbosa Gonçalves

**Diretores**

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

**Chefe do Núcleo de Relações com Investidores**

Paula Alcantara Bastos Martins

**Notas Explicativas**

# Notas Explicativas 2T2023



## Notas Explicativas

### 1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis n 4.995/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), n 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB n 02/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – CVM 835;

CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis– Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

## Notas Explicativas

- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas em 30 de novembro de 2023.

### Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

## Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;  
e

Nota Explicativa nº 22 – Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados.

### Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

### Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

---

A avaliação realizada considerou a movimentação de funcionários devido a movimentação de cargos para o período de 2017 a maio de 2023 confrontando com o valor efetivamente pago pelo Banco através dos informes gerados pelo setor de folha de pagamento.

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram originalmente emitidas em 27 de setembro de 2023, e atendendo aos requisitos do pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a administração

## Notas Explicativas

decidiu rerepresentá-las procedendo aos ajustes relativos à identificação de erros de exercício anterior. Os efeitos dessas correções no balanço estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 14.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL DE REAPRESENTAÇÃO RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022</b> (Em milhares de Reais)				
ATIVO	NOTA	31.12.2022		
		Reapresentado	Ajustes	Original
<b>Disponibilidades</b>	<b>3</b>	<b>190.648</b>	<b>-</b>	<b>190.648</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>14.958.099</b>	<b>21.276</b>	<b>14.936.823</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.725.765	-	1.725.765
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.551.761	-	1.551.761
Relações Interfinanceiras	6	715.774	-	715.774
Operações de Crédito	7	10.396.744	-	10.396.744
Outros Créditos	8	568.055	21.276	546.779
<b>(Prov. p/ Perdas Esper. Assoc. ao Risco de Crédito)</b>		<b>(240.904)</b>	<b>-</b>	<b>(240.904)</b>
Operações de Crédito	7	(230.704)	-	(230.704)
Outros Créditos	8	(10.200)	-	(10.200)
<b>Outros Ativos</b>		<b>9.674</b>	<b>-</b>	<b>9.674</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes e Diferidos</b>	<b>19</b>	<b>189.290</b>	<b>-</b>	<b>189.290</b>
<b>Investimentos</b>		<b>28</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>225.724</b>	<b>-</b>	<b>225.724</b>
<b>Intangível</b>	<b>9</b>	<b>229.897</b>	<b>-</b>	<b>229.897</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>9</b>	<b>(264.365)</b>	<b>-</b>	<b>(264.365)</b>
(Depreciações Acumuladas)		(165.001)	-	(165.001)
(Amortizações Acumuladas)		(99.364)	-	(99.364)
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.298.091</b>	<b>21.276</b>	<b>15.276.815</b>

Notas Explicativas

**BALANÇO PATRIMONIAL DE REAPRESENTAÇÃO  
RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022**  
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	31.12.2022		
		Reapresentado	Ajustes	Original
<b>Depósitos e demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>13.216.225</b>	-	<b>13.216.225</b>
Depósitos à Vista	10	1.694.744	-	1.694.744
Depósitos a Prazo	10	9.153.017	-	9.153.017
Depósitos Interfinanceiro	10	-	-	-
Depósitos Poupança	10	1.601.156	-	1.601.156
Captação no Mercado Aberto	10	378.619	-	378.619
Relações Interfinanceiras	11	94.042	-	94.042
Relações Interdependências		20.059	-	20.059
Emissão de Títulos	12	169.199	-	169.199
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	105.389	-	105.389
<b>Provisões</b>	<b>14</b>	<b>210.086</b>	<b>47.279</b>	<b>162.807</b>
Provisão para Pagamentos a Efetuar	14	149.646	47.279	102.367
Provisão para Contingências	14 e 16	60.440	-	60.440
<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>6.086</b>	-	<b>6.086</b>
Corrente		6.086	-	6.086
Diferido	21	-	-	-
<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>172.520</b>	-	<b>172.520</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>1.693.174</b>	<b>(26.003)</b>	<b>1.719.177</b>
Capital Social		1.473.122	-	1.473.122
Reserva de Lucro		246.055		246.055
Lucros Acumulados		(26.003)	(26.003)	-
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>15.298.091</b>	<b>(21.276)</b>	<b>15.276.815</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
RELATIVO A DEZEMBRO DE 2022**  
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 01.01.2022 (Original)</b>	<b>1.473.122</b>	<b>137.533</b>	<b>12.064</b>	<b>15.980</b>		<b>1.638.699</b>
Lucro do Período	-	-	-	-	179.179	<b>179.179</b>
<b>Destinações:</b>						
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	22	<b>22</b>
Reserva Legal	-	-	8.960	-	(8.960)	-
Reserva Estatutária	-	102.143	-	-	(102.143)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(82.743)	<b>(82.743)</b>
Dividendos Adicionais Propostos	-	(14.645)	-	(15.980)	14.645	<b>(15.980)</b>
<b>Ajuste em 31.12.2022</b>	-	-	-	-	<b>(26.003)</b>	<b>(26.003)</b>
<b>Saldo em 31.12.2022 (Reapresentado)</b>	<b>1.473.122</b>	<b>225.031</b>	<b>21.024</b>	-	<b>(26.003)</b>	<b>1.693.174</b>

## Notas Explicativas

<b>Nota Explicativa 8 – Operações de Crédito – Outros créditos</b>			
<b>Contas</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Original</b>
<b>Carteira de câmbio</b>	<b>80.835</b>	-	<b>80.835</b>
<b>Créditos a receber</b>	<b>5.384</b>	-	<b>5.384</b>
Serviços prestados a receber	5.384	-	5.384
<b>Créditos diversos</b>	<b>481.836</b>	<b>21.276</b>	<b>460.560</b>
Adiantamento e antecipações salariais	6.434	-	6.434
Adiantamento para pagamento	83.023	-	83.023
Devedores por depósitos em garantia (a)	101.275	-	101.275
Imposto e contribuições a compensar	114.659	21.276	93.383
Pagamentos a ressarcir	1.324	-	1.324
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.353	-	4.353
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	98.492	-	98.492
Devedores diversos – País (c)	72.276	-	72.276
<b>Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito</b>	<b>(10.200)</b>	-	<b>(10.200)</b>
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.949)	-	(3.949)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(6.251)	-	(6.251)
<b>Circulante</b>	<b>557.855</b>	<b>21.276</b>	<b>536.579</b>

<b>Nota Explicativa 14 – Outras Obrigações – Provisões para pagamentos</b>			
<b>Contas</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Original</b>
<b>Circulante</b>	<b>175.748</b>	<b>47.279</b>	<b>128.469</b>
Provisão com pessoal	71.117	47.279	23.838
Provisão com PLR	20.222	-	20.222
Provisão para outras despesas administrativas	55.685	-	55.685
Passivo para risco – Trabalhista	18.422	-	18.422
Passivo para risco – Cível	1.914	-	1.914
Passivo para risco – Tributária	5.640	-	5.640
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	126	-	126
Outros	2.622	-	2.622
<b>Não circulante</b>	<b>34.338</b>	-	<b>34.338</b>
Passivo para risco – Trabalhista	16.835	-	16.835
Passivo para risco – Cível	14.811	-	14.811
Passivo para risco - Tributário	2.692	-	2.692
<b>Total</b>	<b>210.086</b>	<b>47.279</b>	<b>162.807</b>

### 2.2. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.



## Notas Explicativas

### a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

### b. Caixa e Equivalente a Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

### c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

### d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

**Títulos para Negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

## Notas Explicativas

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**Títulos mantidos até o Vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de junho de 2023, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

### e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o 2º trimestre de 2023, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

### f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da

## Notas Explicativas

Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

### g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação,

## Notas Explicativas

são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

### **h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

### **i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito**

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8c).

### **j. Outros Valores e Bens**

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

### **k. Investimentos**

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### I. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

### m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

## Notas Explicativas

### n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

### o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

### p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

## Notas Explicativas

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

### q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

## Notas Explicativas

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

### **r. Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

### **s. Outros ativos e passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

### **t. Demonstração do valor adicionado**

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – CVM nº 557/2009, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

### **u. Resultado não-recorrente**

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.



## Notas Explicativas

### v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2023	31.12.2022
<b>Caixa</b>	<b>249.277</b>	<b>190.648</b>
Disponibilidades em moeda nacional	200.077	166.262
Disponibilidades em moeda estrangeira	49.200	24.386
<b>Equivalente de Caixa</b>	<b>99.990</b>	<b>1.150.163</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	99.990	1.150.163
<b>Total</b>	<b>349.267</b>	<b>1.340.811</b>

O montante de R\$ 349.267 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.340.811 em 30 de junho de 2022) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. A redução no saldo dessas aplicações se justifica pelo aumento das liberações de crédito, com destaque para os empréstimos consignados.

### 4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2023	31.12.2022
<b>Aplicações - Mercado Aberto</b>	<b>99.990</b>	<b>1.150.163</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>99.990</b>	<b>1.150.163</b>
Letras financeiras do tesouro	79.990	760.107
Letras do tesouro nacional	20.000	100.017
Notas do tesouro nacional	-	290.039
<b>Aplicações - Depósitos interfinanceiros</b>	<b>331.839</b>	<b>575.602</b>
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	331.839	575.602
<b>Total</b>	<b>431.829</b>	<b>1.725.765</b>

## Notas Explicativas

### Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Posição bancada	21.560	51.004	83.035	137.198
Depósitos interfinanceiros	10.863	24.814	18.866	31.813
<b>Total</b>	<b>32.423</b>	<b>75.818</b>	<b>101.901</b>	<b>169.011</b>

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência do aumento das operações de crédito.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

### 5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	30.06.2023	31.12.2022
<b>Livres</b>	<b>1.327.301</b>	<b>1.108.355</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.047.865	839.231
CVS (a)	51.466	56.198
Letras imobiliárias	226.448	211.402
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.458	1.456
Bladex	64	68
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>223.838</b>	<b>379.570</b>
Letras Financeiras do Tesouro	223.838	379.570
<b>Vinculados ao Banco Central</b>	<b>84.257</b>	<b>53.743</b>
Letras Financeiras do Tesouro	84.257	53.743
<b>Vinculados à prestação de garantia</b>	<b>10.749</b>	<b>10.093</b>
Letras Financeiras do Tesouro	10.749	10.093
<b>Total</b>	<b>1.646.145</b>	<b>1.551.761</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.593.157</b>	<b>1.494.039</b>
<b>Não circulante</b>	<b>52.988</b>	<b>57.722</b>

(a) O Banpará mantém em sua carteira Títulos Federais como Certificados de Variação Salarial (CVS), os quais são classificados como ativos mantidos até o vencimento. Por se tratarem de títulos públicos federais, desfrutam de uma classificação pelo Banpará como ativos isentos de risco de crédito e garantia de liquidez no vencimento. Nesse contexto, consideramos o ajuste a valor de mercado como meramente informativo, o qual não é registrado contabilmente. No que concerne aos procedimentos de ajuste de marcação a mercado, a Marcação a Mercado (MaM) dos CVS é calculada mensalmente, levando em consideração o valor nominal

## Notas Explicativas

ajustado (VNA) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse cálculo engloba a correção monetária, juros e amortização do principal. O processo de MaM, aplicado aos CVS categorizados como A, B, C e D, envolve a determinação do VNa (valor nominal atualizado) do título. Com base no VNa, projeta-se o fluxo de caixa futuro, considerando as taxas de amortização e juros no período que vai desde a emissão até o vencimento do título. Em seguida, é realizada a atualização desse fluxo de caixa a valor presente, utilizando a curva de juros como fator de desconto (DI x TR).

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

### 5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			30.06.2023	31.12.2022
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
<b>Títulos para negociação</b>	-	53.742	302.312	649.224	587.879	-	1.593.157	1.494.039
<b>Títulos públicos</b>	-	53.742	302.312	649.224	587.879	-	1.593.157	1.494.039
Letras de crédito	-	-	-	226.448	-	-	226.448	211.402
Letras financeiras tesouro	-	53.742	302.312	422.776	587.879	-	1.366.709	1.282.637
<b>Títulos mantidos até o vencimento (a)</b>	<b>64</b>	-	-	1.458	51.466	-	52.988	57.722
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	51.466	-	51.466	56.198
CVS	-	-	-	-	51.466	-	51.466	56.198
<b>Títulos privados</b>	-	-	-	1.458	-	-	1.458	1.456
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.458	-	-	1.458	1.456
<b>Outros títulos de renda variável aplicado no exterior</b>	<b>64</b>	-	-	-	-	-	64	68
Bladex	64	-	-	-	-	-	64	68
<b>Total em 30.06.2023</b>	<b>64</b>	<b>53.742</b>	<b>302.312</b>	<b>650.682</b>	<b>639.345</b>	<b>-</b>	<b>1.646.145</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31.12.2022</b>	<b>68</b>	<b>1.161</b>	<b>50.464</b>	<b>691.972</b>	<b>658.075</b>	<b>150.021</b>	<b>-</b>	<b>1.551.761</b>

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro 2022. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

## Notas Explicativas

### 5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.06.2023		31.12.2022		30.06.2023	31.12.2022
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
<b>Para negociação</b>	<b>1.507.242</b>	<b>1.593.157</b>	<b>1.229.109</b>	<b>1.282.637</b>	<b>85.915</b>	<b>53.528</b>
Letras de crédito	226.448	226.448				
Letras financeiras do tesouro	1.280.794	1.366.709	1.229.109	1.282.637	85.915	53.528
<b>Mantidos até o vencimento (a)</b>	<b>52.988</b>	<b>52.988</b>	<b>57.654</b>	<b>57.654</b>	-	-
CVS	51.466	51.466	56.198	56.198	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.458	1.458	1.456	1.456	-	-
Bladex	64	64	68	68	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

### 5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.06.2023	Nível 1	Nível 2
<b>Para negociação</b>			
Letras de crédito imobiliário	226.448	-	226.448
Letras financeiras do tesouro	1.366.709	1.366.709	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
CVS	51.466	-	51.466
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.458	-	1.458
<b>Sem vencimento</b>			
Bladex	64	-	64
<b>Total</b>	<b>1.646.145</b>	<b>1.366.709</b>	<b>279.436</b>

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2022	Nível 1	Nível 2
<b>Para negociação</b>			
Letras de crédito	211.402	-	211.402
Letras financeiras do tesouro	1.282.637	1.282.637	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
CVS	56.198	-	56.198
Cotas de fundos de invest. em participações	1.456	-	1.456
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
CVS	68	-	68
<b>Total</b>	<b>1.551.761</b>	<b>1.282.637</b>	<b>269.124</b>

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

## Notas Explicativas

**Nível 1** – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

**Nível 2** – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

**Nível 3** – Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

### Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Resultado de títulos de renda fixa	50.404	100.184	35.130	62.264
Resultado de títulos de renda variável	(1)	3	43	-
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	709	1.886	(387)	2.586
<b>Total</b>	<b>51.111</b>	<b>102.073</b>	<b>34.787</b>	<b>64.850</b>

## 6. Relações Interfinanceiras

Contas	30.06.2023	31.12.2022
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	23.369	83.076
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	369.469	244.229
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	312.908	315.076
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	51.795	73.393
<b>Total</b>	<b>757.541</b>	<b>715.774</b>
<b>Circulante</b>	<b>705.746</b>	<b>642.381</b>
<b>Não circulante</b>	<b>51.795</b>	<b>73.393</b>

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

## Notas Explicativas

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 51.795 em 30 de junho de 2023 (R\$ 73.393 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

## 7. Operações de Crédito

### 7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

#### a. Por tipo de operação

	30.06.2023	31.12.2022
<b>Operações de crédito</b>	<b>11.745.966</b>	<b>10.396.744</b>
Empréstimos e Títulos descontados	10.930.765	9.834.658
Financiamentos	35.845	24.382
Financiamentos rurais e agroindustriais	121.660	94.394
Financiamentos imobiliários	657.696	443.310
<b>Outras rubricas</b>	<b>144.099</b>	<b>180.126</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento	104.156	98.492
Operações de câmbio	39.943	81.634
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>11.890.065</b>	<b>10.576.870</b>
<b>(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)</b>	<b>(261.896)</b>	<b>(234.653)</b>
Provisões constituídas	(255.854)	(230.704)
Outros créditos (Nota 8)	(6.042)	(3.949)
<b>Total da carteira de crédito líquido de provisões</b>	<b>11.628.169</b>	<b>10.342.217</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.026.681</b>	<b>2.724.634</b>
<b>Não circulante</b>	<b>7.990.780</b>	<b>7.617.583</b>

## Notas Explicativas

### b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2023	31.12.2022
<b>Pessoa física</b>	<b>11.658.617</b>	<b>10.308.481</b>
Consignados	9.028.375	8.110.390
Banparacard	1.294.988	1.262.723
Cheque especial	6.915	7.690
Cartão de crédito	170.387	165.987
Sazonais	141.168	1.668
Imobiliário	603.244	413.032
Outros	413.540	346.991
<b>Pessoa jurídica</b>	<b>231.448</b>	<b>268.389</b>
Cheque empresarial	4.823	4.834
Capital de giro	102.629	216.593
Imobiliário	54.452	30.278
Outros	69.544	16.684
<b>Total</b>	<b>11.890.065</b>	<b>10.576.870</b>

### c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2023	31.12.2022
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>7.495.630</b>	<b>3.739.509</b>	<b>181.587</b>	<b>50.222</b>	<b>118.177</b>	<b>23.020</b>	<b>20.639</b>	<b>34.950</b>	<b>114.406</b>	<b>11.778.140</b>	<b>10.464.041</b>
Até 30 dias	207.475	130.760	37.002	6.308	5.704	1.756	1.483	1.891	6.872	399.251	322.947
31 a 60 dias	65.560	47.332	32.817	2.722	3.299	934	960	818	3.699	158.141	301.952
61 a 90 dias	178.270	106.457	13.022	2.637	3.602	1.099	939	1.225	4.482	311.733	262.235
91 a 180 dias	588.310	327.964	22.838	6.336	9.581	2.732	2.628	3.172	11.788	975.349	593.643
181 a 360 dias	825.490	448.056	34.449	8.655	12.668	3.761	3.202	4.761	17.798	1.358.840	1.265.437
Acima de 360 dias	5.630.525	2.678.940	41.459	23.564	83.323	12.738	11.427	23.083	69.767	8.574.826	7.717.827
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>6.819</b>	<b>4.457</b>	<b>9.305</b>	<b>9.779</b>	<b>5.945</b>	<b>7.590</b>	<b>9.959</b>	<b>58.071</b>	<b>111.925</b>	<b>112.829</b>
Até 14 dias	-	6.749	1.362	1.763	1.148	497	373	483	1.630	14.005	14.041
15 a 30 dias	-	70	3.095	2.362	616	313	299	193	784	7.732	9.589
31 a 60 dias	-	-	-	5.180	2.081	989	738	1.091	2.800	12.879	14.684
61 a 90 dias	-	-	-	-	5.934	826	839	1.151	2.747	11.497	14.315
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	3.320	5.341	7.041	11.304	27.006	25.975
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	38.791	38.791	34.221
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	4
<b>Total em 30.06.2023</b>	<b>7.495.630</b>	<b>3.746.328</b>	<b>186.044</b>	<b>59.527</b>	<b>127.956</b>	<b>28.965</b>	<b>28.229</b>	<b>44.909</b>	<b>172.477</b>	<b>11.890.065</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31.12.2022</b>	<b>6.415.851</b>	<b>3.528.785</b>	<b>230.398</b>	<b>55.861</b>	<b>96.477</b>	<b>30.159</b>	<b>28.255</b>	<b>36.282</b>	<b>154.802</b>	<b>-</b>	<b>10.576.870</b>

### d. Por Setores de Atividade

Setores	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	10.930.654	91,94	9.797.546	92,64
Varejo - Pessoas Jurídicas	109.007	0,92	136.257	1,29
Rural - Pessoa Física e Jurídica	121.659	1,02	94.394	0,89
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	31.106	0,26	23.729	0,22
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	39.943	0,34	81.634	0,77
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	657.696	5,52	443.310	4,19
<b>Total</b>	<b>11.890.065</b>	<b>100,00</b>	<b>10.576.870</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

### e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	33.963	0,29	56.563	0,53
10 maiores devedores	120.334	1,01	134.351	1,27
20 maiores devedores	79.553	0,67	61.597	0,58
50 maiores devedores	75.933	0,64	72.869	0,69
100 maiores devedores	106.851	0,90	99.774	0,94
Demais devedores	11.473.431	96,50	10.151.716	95,99
<b>Total</b>	<b>11.890.065</b>	<b>100,00</b>	<b>10.576.870</b>	<b>100,00</b>

### 7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2023	31.12.2022
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(230.704)</b>	<b>(196.476)</b>
Provisões constituídas	(943.439)	(1.290.615)
Reversões de provisões	836.214	1.099.842
Valores baixados ou compensados com créditos	82.075	156.545
<b>Saldo final do período</b>	<b>(255.854)</b>	<b>(230.704)</b>
<b>Outros créditos - Saldo no início do período</b>	<b>(3.949)</b>	<b>(3.929)</b>
Provisões constituídas	(26.243)	(44.736)
Reversões de provisões	24.150	44.716
<b>Outros créditos - Saldo no final do período</b>	<b>(6.042)</b>	<b>(3.949)</b>
<b>Saldo final do período</b>	<b>(261.896)</b>	<b>(234.653)</b>
<b>Circulante</b>	<b>(147.576)</b>	<b>(134.415)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>(114.320)</b>	<b>(100.238)</b>

### 7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	30.06.2023	30.06.2022
<b>Saldo no início do período</b>	<b>149.998</b>	<b>122.182</b>
Renegociação	58.747	47.962
Recebimentos	(34.694)	(21.357)
Baixas	(6.412)	(3.171)
<b>Saldo final do período</b>	<b>167.639</b>	<b>145.616</b>
<b>Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito</b>	<b>(61.214)</b>	<b>(52.803)</b>
<b>Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação</b>	<b>36,52%</b>	<b>36,26%</b>



## Notas Explicativas

### 7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Adiantamento a depositante	32	171	63	106
Empréstimo	608.106	1.173.832	470.943	912.909
Financiamento com interveniência	1.964	3.167	1.140	1.802
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	12.568	21.428	10.647	18.957
Financiamentos rurais	3.506	6.541	337	416
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	14.170	25.969	6.790	11.806
<b>Total</b>	<b>640.346</b>	<b>1.231.108</b>	<b>489.920</b>	<b>945.996</b>

### 8. Outros Créditos

Contas	30.06.2023	31.12.2022 (reapresentado)
<b>Carteira de câmbio</b>	<b>34.548</b>	<b>80.835</b>
<b>Créditos a receber</b>	<b>3.898</b>	<b>5.384</b>
Serviços prestados a receber	3.882	5.384
Serviços prestados em arranjo de pagamento	16	-
<b>Créditos diversos</b>	<b>486.143</b>	<b>481.836</b>
Adiantamento e antecipações salariais	20.624	6.434
Adiantamento para pagamento	79.096	83.023
Devedores por depósitos em garantia (a)	109.366	101.275
Imposto e contribuições a compensar	120.471	114.659
Pagamentos a ressarcir	2.263	1.324
Título e crédito a receber sem característica de concessão	7.362	4.353
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	104.156	98.492
Devedores diversos – País (c)	42.805	72.276
<b>Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito</b>	<b>(10.797)</b>	<b>(10.200)</b>
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(6.040)	(3.949)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(4.757)	(6.251)
<b>Circulante</b>	<b>513.792</b>	<b>557.855</b>

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados, em sua maioria, aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 104.156 em 30 de junho de 2023 (R\$ 98.492 em 31 de dezembro de 2022) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2023	31.12.2022
<b>BANPARÁ Mastercard</b>	<b>104.102</b>	<b>98.379</b>
Valores a faturar	16.653	16.854
Faturados a receber	35.820	29.155
Parcelado lojista a agendar bandeira	51.629	52.370
<b>Cartão BANPARÁ</b>	<b>54</b>	<b>112</b>
Parcelado sem juros	54	112
<b>Total</b>	<b>104.156</b>	<b>98.492</b>

## Notas Explicativas

O montante de devedores diversos totaliza R\$ 42.805 em 30 de junho de 2023 (R\$ 72.276 em 31 de dezembro de 2022), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(c) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 4.757 em 30 de junho de 2023 (R\$ 6.251 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	30.06.2023	30.06.2022
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(6.251)</b>	<b>(2.924)</b>
Provisões constituídas	(4.648)	(2.443)
Reversões de provisões	6.142	1.735
<b>Saldo final do período</b>	<b>(4.757)</b>	<b>(3.632)</b>

## 9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Veículos	Total
Custo	1.514	58.218	23.933	10.790	116.604	14.494	171	225.724
Depreciação acumulada	-	(37.534)	(16.031)	(6.606)	(96.642)	(8.017)	(171)	(165.001)
<b>Líquido 31.12.2022</b>	<b>1.514</b>	<b>20.684</b>	<b>7.902</b>	<b>4.184</b>	<b>19.962</b>	<b>6.477</b>	<b>-</b>	<b>60.723</b>
Aquisições	856	-	1.389	46	5.913	456	-	8.660
Baixas custo	-	-	-	-	(133)	-	-	(133)
Baixas depreciação	-	-	-	-	133	-	-	133
Depreciação	-	(320)	(934)	(464)	(4.029)	(505)	-	(6.252)
Transferências	(856)	856	-	-	-	-	-	-
<b>Movimentação líquida</b>	<b>-</b>	<b>536</b>	<b>455</b>	<b>(418)</b>	<b>1.884</b>	<b>(49)</b>	<b>-</b>	<b>2.408</b>
Custo	1.514	59.074	25.322	10.836	122.384	14.950	171	234.251
Depreciação acumulada	-	(37.854)	(16.965)	(7.070)	(100.538)	(8.522)	(171)	(171.120)
<b>Líquido 30.06.2023</b>	<b>1.514</b>	<b>21.220</b>	<b>8.357</b>	<b>3.766</b>	<b>21.846</b>	<b>6.428</b>	<b>-</b>	<b>63.131</b>

## Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	188.013	23.060	3.000	15.824	229.897
Amortização acumulada	(96.364)	-	(3.000)	-	(99.364)
<b>Líquido 31.12.2022</b>	<b>91.649</b>	<b>23.060</b>	<b>-</b>	<b>15.824</b>	<b>130.533</b>
Aquisições	8.078	3.874	-	19	11.971
Baixas custo	(7.835)	-	-	-	(7.835)
Baixas amortização	7.835	-	3.000	-	10.835
Amortização	(18.968)	-	(375)	(5)	(19.348)
Transferências	-	-	-	-	-
<b>Movimentação líquida</b>	<b>(10.890)</b>	<b>3.874</b>	<b>2.625</b>	<b>14</b>	<b>(4.377)</b>
Custo	188.256	26.934	3.000	15.843	234.033
Amortização acumulada	(107.497)	-	(375)	(5)	(107.877)
<b>Líquido 30.06.2023</b>	<b>80.759</b>	<b>26.934</b>	<b>2.625</b>	<b>15.838</b>	<b>126.156</b>

### 10. Depósitos e captações no mercado aberto

#### a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.06.2023	31.12.2022
<b>Circulante</b>	<b>10.122.647</b>	<b>9.954.982</b>
<b>Depósitos à vista</b>	<b>1.812.950</b>	<b>1.694.744</b>
Depósitos do público	352.550	340.066
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	8.183	10.904
Depósitos de governo	1.451.815	1.343.372
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>6.727.310</b>	<b>6.659.082</b>
<b>Depósitos de poupança</b>	<b>1.582.387</b>	<b>1.601.156</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.501.848</b>	<b>2.493.935</b>
Depósitos a prazo	2.501.848	2.493.935
<b>Total</b>	<b>12.596.875</b>	<b>12.448.917</b>

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

## Notas Explicativas

### b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	30.06.2023	31.12.2022
Sem vencimento	1.812.950	416	1.582.387	3.395.753	3.295.900
Até 30 dias	-	226.575	-	226.575	427.955
De 31 a 60 dias	-	262.955	-	262.955	309.850
De 61 a 90 dias	-	371.681	-	371.681	179.457
De 91 a 180 dias	-	1.465.669	-	1.465.669	759.608
De 181 a 360 dias	-	4.372.394	-	4.372.394	4.982.212
Acima de 360 dias	-	2.501.848	-	2.501.848	2.493.935
<b>Total</b>	<b>1.812.950</b>	<b>9.201.538</b>	<b>1.582.387</b>	<b>12.596.875</b>	<b>12.448.917</b>

### c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	30.06.2023	31.12.2022
Sociedades ligadas	1.318.236	5.167.421	-	6.485.657	6.525.040
Pessoas físicas	238.048	1.407.027	1.531.272	3.176.347	3.082.387
Invest. institucionais	-	2.015	-	2.015	2.011
Instituição financeira	402	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	117.651	1.438.883	51.115	1.607.649	1.675.204
Governo municipal	134.192	1.186.192	-	1.320.384	1.156.534
Outros	4.421	-	-	4.421	7.339
<b>Total</b>	<b>1.812.950</b>	<b>9.201.538</b>	<b>1.582.387</b>	<b>12.596.875</b>	<b>12.448.917</b>

### d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.06.2023	31.12.2022
Recompras a liquidar - Carteira própria	223.635	378.619
<b>Total</b>	<b>223.635</b>	<b>378.619</b>

### e. Despesas de captação

	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Depósitos de poupança	(29.136)	(58.868)	(24.799)	(47.304)
Depósitos a prazo	(239.874)	(489.640)	(259.895)	(452.466)
Depósitos judiciais	(1)	(2)	(1)	(15)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(4.803)	(7.792)	(2.835)	(4.695)
Letras financeiras	(5.846)	(11.696)	(4.143)	(4.285)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.865)	(7.773)	(3.892)	(7.526)
<b>Total</b>	<b>(283.525)</b>	<b>(575.771)</b>	<b>(295.565)</b>	<b>(516.291)</b>

## 11. Relações Interfinanceiras

	30.06.2023	31.12.2022
Transação de pagamento	121.509	94.042
<b>Total</b>	<b>121.509</b>	<b>94.042</b>

## Notas Explicativas

O montante de R\$ 121.509 em 30 de junho de 2023 (R\$ 94.042 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

### 12. Emissão de Títulos

	30.06.2023	31.12.2022
<b>Circulante</b>	<b>176.643</b>	<b>1.554</b>
Recursos de letras financeiras	176.643	1.554
<b>Não circulante</b>	<b>2.685</b>	<b>167.645</b>
Recursos de letras financeiras	2.685	167.645
<b>Total</b>	<b>179.328</b>	<b>169.199</b>

O montante de R\$ 179.328 em 30 de junho de 2023 (R\$ 169.199 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas as taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos (em 31 de dezembro de 2022 entre 106% e 107,5%, com prazos de 2 a 5 anos). Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

### 13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30.06.2023	31.12.2022
No exterior	31.510	78.857
No país	30.830	26.532
<b>Total</b>	<b>62.340</b>	<b>105.389</b>

O montante de R\$ 95.611 em 30 de junho de 2023 (R\$ 105.389 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

## Notas Explicativas

### 14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.06.2023	31.12.2022 (reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>200.388</b>	<b>175.748</b>
Provisão com pessoal	98.528	71.117
Provisão com PLR	23.447	20.222
Provisão para outras despesas administrativas	46.733	55.685
Passivo para risco – Trabalhista	19.827	18.422
Passivo para risco – Cível	6.079	1.914
Passivo para risco – Tributária	2.985	5.640
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	127	126
Outros	2.662	2.622
<b>Não circulante</b>	<b>29.550</b>	<b>34.338</b>
Passivo para risco – Trabalhista	14.937	16.835
Passivo para risco – Cível	8.684	14.811
Passivo para risco - Tributário	5.929	2.692
<b>Total</b>	<b>229.938</b>	<b>210.086</b>

\* Vide nota 16

### 15. Outras Obrigações

Contas	30.06.2023	31.12.2022
<b>Circulante</b>	<b>212.722</b>	<b>172.520</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	41.938	5.253
Sociais e estatutárias	254	266
Fiscais e previdenciárias	29.127	34.293
Obrigações por convênios	15.806	9.986
Obrigações por prestação de serviços	70.156	68.105
Credores por recursos a liberar	33.350	33.229
Credores diversos – País (a)	19.964	20.086
Obrigações por transações de pagamento	33	113
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	801	780
Outras obrigações	1.293	409
<b>Total</b>	<b>212.722</b>	<b>172.520</b>

(a) O montante de credores diversos, composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 19.964 em 30 de junho de 2023 (R\$ 20.086 em 31 de dezembro de 2022).

### 16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações

## Notas Explicativas

trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

**Provisões trabalhistas:** São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 34.763 em 30 de junho de 2023 (R\$ 35.257 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 9.218 em 30 de junho de 2023 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

**Provisões cíveis:** O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2023 é R\$ 14.862 (R\$ 16.725 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 107.783 em 30 de junho de 2023 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

## Notas Explicativas

**Provisões tributárias:** O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2023 é R\$ 8.914 (R\$ 8.332 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 46.361 em 30 de junho de 2023 (R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

### Movimentação das provisões judiciais

	30.06.2023			30.06.2022		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
<b>No início do período</b>	<b>35.257</b>	<b>16.725</b>	<b>8.332</b>	<b>33.980</b>	<b>18.495</b>	<b>7.661</b>
Atualização monetária	2.967	1.520	582	2.224	2.097	400
Constituições	2.593	1.411	-	3.105	1.083	-
Reversões	(4.638)	(4.203)	-	(2.381)	(2.343)	(257)
Pagamentos	(1.416)	(591)	-	(5.257)	(424)	-
<b>No final do período</b>	<b>34.763</b>	<b>4.862</b>	<b>8.914</b>	<b>31.670</b>	<b>18.908</b>	<b>7.804</b>
<b>Dep. Judiciais</b>	<b>22.964</b>	<b>17.538</b>	<b>68.635</b>	<b>18.169</b>	<b>16.210</b>	<b>60.030</b>

### Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	19.827	6.179	2.985	28.891
De 1 a 5 anos	12.111	8.675	5.929	26.716
Acima de 5 anos	2.825	8	-	2.834
<b>Total</b>	<b>34.763</b>	<b>14.862</b>	<b>8.914</b>	<b>58.440</b>

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

## 17. Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País



## Notas Explicativas

e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2023		31.12.2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	17	0,000	17	0,000
Demais Acionistas	1.444	0,015	1.444	0,015
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,00</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,00</b>

### Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação <sup>1</sup>	Ações em circulação <sup>2</sup>	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.448	2.201	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

### b. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

No período do 2º trimestre de 2023 não houve pagamentos de dividendos ou juros de capital próprio.

## 18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de

## Notas Explicativas

base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

### **Risco de crédito:**

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição, e compreende as seguintes principais atividades:

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias.
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visando realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito.
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração.

## Notas Explicativas

- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento.
- Estabelece cenários de estresse para avaliação da resiliência da instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico.
- Adota boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês de junho de 2023 atingiu R\$ 11.890.065 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

NÍVEL DE RISCO	30.06.2022	30.06.2023
Pessoa Física	97,46%	98,05%
Pessoa Jurídica	2,54%	1,95%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O Banpará mantém 96,61% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
<b>AA</b>	7.495.630	63,04	6.415.851	60,66
<b>A</b>	3.746.328	31,51	3.521.785	33,36
<b>B</b>	186.044	1,56	230.398	2,18
<b>C</b>	59.527	0,50	55.861	0,53
<b>D - H</b>	402.536	3,39	345.975	3,27

## Notas Explicativas

O atraso de 15 a 90 dias e a inadimplência (atraso superior a 90 dias) passaram a representar, respectivamente, 1,02% e 1,35% do crédito total

Índice	31.12.2022	30.06.2023
Atraso	0,75%	1,02%
Inadimplência	1,34%	1,35%

### Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem o Banpará ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du (dia útil), com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	30.06.2023	30.06.2022
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	(20.833)	2.695.983
USD	48.038	16.686
Euro	2.866	3.202
<b>Total</b>	<b>30.071</b>	<b>2.715.871</b>

### Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário provável - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 13,65% e 63 du (1T) – 13,38% da

## Notas Explicativas

curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 4,82 e EUR – R\$ 5,34) das moedas do dia 30 de junho de 2023 e o Dólar e Euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 4,87 e EUR – R\$ 5,34).

- Cenário possível - considerando que nos últimos 10 anos de reunião do COPOM para definição da taxa Selic meta, em menos de 15% das vezes a variação trimestral foi superior a 150 bps, utilizaremos como choque um acréscimo ou redução da taxa de 175 bps, divulgando o choque que ocasione resultado menos favorável ao Banco. Para as moedas, considerando o mesmo histórico trimestral em menos de 15% das vezes, a variação foi superior a 12,20% para o dólar e 11,43% para o euro, portanto os choques aplicados serão de 12,21% para o dólar e 11,44% para o euro, tanto para valorização quanto para desvalorização, divulgando o choque que provoque resultado menos favorável ao Banpará (Fontes de dados: Bacen e B3)

As premissas utilizadas para análise descrita acima são baseadas na Resolução CVM nº 121/2022.

### Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de risco			Total da perda	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	30.06.2023	30.06.2023	30.06.2023	30.06.2023	%PR
Provável	-56	506	42	492	0,03
Possível	-367	-5.873	-1328	-6.568	-0,38

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, uma vez que a carteira de negociação representa apenas 0,22% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

### Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens  $\Delta$ EVE e  $\Delta$ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

## Notas Explicativas

- $\Delta$  EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- $\Delta$  NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação para o IRRBB é realizado mensalmente verificando sempre a margem sobre o PR. No acompanhamento verificou-se um aumento de alocação para o IRRBB de 72,38% em junho de 2023 (R\$ 289.239), quando comparado a dezembro de 2022 (R\$ 246.012), contudo o Banpará apresenta margem suficiente de PR para alavancagem das exposições.

### **Risco de liquidez:**

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário, assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras

## Notas Explicativas

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos órgãos de governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 30 de junho de 2023, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

### **Risco socioambiental:**

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da instituição, as Gerências de Risco de Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica (GERCE e GERIF), responsáveis por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

## Notas Explicativas

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrência socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.



## Notas Explicativas

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações de risco social, ambiental e climático geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações.

### **Gerenciamento de capital:**

O Banpará realiza o monitoramento e o controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital, tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital.
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco.
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio.
- A elaboração e a revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de cinco anos.
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos órgãos de governança da instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (DICRI), pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos

## Notas Explicativas

Econômicos (NUPLE), pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro (SURIS), e por todas as demais unidades envolvidas no processo.

Entre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco.
- Plano de capital abrangendo o horizonte de cinco anos.
- Plano de Contingência de Capital.
- Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Programa de Teste de Estresse.
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

### **Análise de resultado de capital no exercício**

Em 30 de junho de 2023, o PR encerrou o ano com R\$ 1.682.346, superior em 5,90% (R\$ 93.701) na comparação com 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O Montante da parcela de RWA no 1º semestre de 2023 totalizou R\$ 10.909.128, crescendo 10,94% (R\$ 1.075.422) em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi decorrente ao crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito - RWACPAD em 9,68% (R\$ 856.083), ao risco de mercado - RWAMPAD 36,18% (R\$ 28.558), e ao risco operacional - RWAOPAD em 106.26% (R\$ 83.862).

O IB registrado foi de 15,42%, uma variação percentual negativa de 4,54% em relação a 31 de dezembro de 2023, impactado pelo crescimento de R\$ 1.075.422 do montante da parcela do RWA, que teve a variação percentual maior que o PR para o período.

## Notas Explicativas

Índice de Basileia	30.06.2023	31.12.2022
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>1.682.346</b>	<b>1.588.645</b>
<b>Nível I</b>	<b>1.682.346</b>	<b>1.588.645</b>
Capital principal	1.682.346	1.588.645
<b>Capital social</b>	<b>1.473.122</b>	<b>1.473.122</b>
<b>Reservas de capital, reavaliação e de lucro</b>	<b>246.056</b>	<b>246.056</b>
<b>Sobras de lucro</b>	<b>89.325</b>	<b>-</b>
<b>Ajustes prudenciais*</b>	<b>126.156</b>	<b>130.533</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA**</b>	<b>10.909.127</b>	<b>9.833.706</b>
<b>Exposição ao risco de crédito - RWACPAD</b>	<b>9.704.392</b>	<b>8.848.309</b>
<b>Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD</b>	<b>162.785</b>	<b>78.923</b>
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	18.004	15.705
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	144.781	63.218
<b>Exposição ao risco operacional - RWAOPAD</b>	<b>1.041.950</b>	<b>906.474</b>
<b>IRRBB</b>	<b>289.242</b>	<b>246.012</b>
<b>Valor de margem sobre PR***</b>	<b>247.646</b>	<b>310.094</b>
<b>Índice de Basileia Banpará - IB</b>	<b>15,42%</b>	<b>16,16%</b>

\* O saldo das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

\*\* Os componentes  $RWA_{JUR2}$ ,  $RWA_{JUR4}$  e  $RWA_{COM}$  não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

\*\*\* Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: [www.banpara.b.br](http://www.banpara.b.br), na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

## 19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

### a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;

## Notas Explicativas

- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33\_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, este relatório abordará a obrigação referente a parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(1.824)	(166.805)	(168.629)
Ativo justo	4.780	166.805	171.585
(Déficit) / Superávit	2.956	-	2.956

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	63	2.407	2.470
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	63	2.407	2.470

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	30.06.2023	31.12.2022
<b>Participantes ativos</b>		
Quantidade	1.475	1.526
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	10.833	10.202
<b>Participantes assistidos</b>		
Quantidade	96	-
Idade média (anos)	49	-
Benefício médio (R\$)	2.425	2.113
<b>Pensionistas</b>		
Quantidade	33	45
Idade média (anos)	57	58
Benefício médio	1.830	1.435

## Notas Explicativas

### Movimentação dos valores reconhecidos no balanço

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	30.06.2023	31.12.2022
Valor presente das obrigações (VPO)	1.824	773
(-) Valor justo dos ativos dos planos (VEJA)	(4.780)	(3.351)
<b>Efeito do teto do ativo</b>	<b>2.577</b>	<b>2.956</b>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12</b>	-	-
Movimentação do passivo atuarial líquido	-	-
Saldo em 1º de janeiro	-	-
<b>Reconhecido no resultado - custeio e despesas</b>	<b>(19)</b>	-
Custo do serviço corrente	(19)	-
Custo dos juros líquidos	-	-
<b>Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes</b>	<b>82</b>	<b>283</b>
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais	82	283
<b>Outros movimentos</b>	<b>63</b>	<b>283</b>

### Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Valor presente no início do exercício	773	680
Custo do serviço corrente	44	-
Custo de juros	49	36
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(11)	-
Perdas (ganhos) atuariais	970	57
Mudança de premissas (financeiras)	105	(4)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	733	-
Ajuste de experiência	132	61
<b>Valor presente no final do exercício</b>	<b>1.824</b>	<b>773</b>

### Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Valor justo dos ativos no início do exercício	(3.351)	(2.689)
Benefícios pagos	12	-
Contribuições de participante	(63)	-
Contribuições do empregador	(63)	-
Rendimento esperado dos ativos	(351)	(250)
Rendimento efetivo dos ativos	-	-
Impacto de reduções/liquidações	-	-
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(1.065)	(27)
<b>Valor justo dos ativos ao final do exercício</b>	<b>(4.780)</b>	<b>(3.351)</b>

## Notas Explicativas

### Benefícios estimados a pagar

Benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2023 para os próximos anos:

Plano	Até 1 ano	de 1 e 2 anos	de 2 e 5 anos	Superior 5 anos	Total
PREV-RENDA	382	372	1.062	7.769	9.585

### Impacto no resultado

Descrição	30.06.2023	31.12.2022
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(19.190)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	48.939	36.499
Rendimento esperado dos ativos	(250.365)	(350.752)
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	201.426	314.253
<b>Despesa/(Receita) reconhecida no resultado</b>	<b>(19.190)</b>	<b>-</b>

### Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	30.06.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	(283)	-
Ganhos (Perdas) atuariais	(82)	(283)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(365)</b>	<b>(283)</b>

### Ativos do plano de benefícios

Ativo	30.06.2023	31.12.2022
Disponível	0,04%	0,49%
Realizável	0,59%	0,60%
Títulos Públicos	0,00%	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos	99,17%	97,40%
Operações com Participantes	0,04%	0,05%
Imóveis	0,16%	1,46%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
<b>Taxa de desconto atuarial</b>		
Aumento de 0,25% a.a.	(34)	-1,86%
Redução de 0,25% a.a.	69	3,79%
<b>Tábua de mortalidade</b>		
Aumento de 1 ano	75	4,11%
Redução de 1 ano	(141)	-7,74%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Aumento de 0,25% a.a.	34	1,87%

### Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

<b>HIPÓTESES E PREMISSAS</b>		
	<b>30.06.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Posição dos dados	Mai-23	Nov-22
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Crescimento real de salários	1,50%	2,24%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	8,01%	6,55%
Taxa de Inflação projetada*	4,98%	5,64%
Taxa anual de juros	10,54%	12,08%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	10,54%	12,08%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F	RP 2000 M&F Geracional AA

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na

## Notas Explicativas

ANBIMA, em 30 de junho de 2023, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,30% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

### 19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntária de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

### 20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.



## Notas Explicativas

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
<b>Estado do Pará</b>	<b>6.824.120</b>	<b>6.525.040</b>
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	1.352.633	1.271.893
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.471.487	5.253.147
<b>ICATU FMP</b>	<b>120</b>	<b>616</b>
Depósitos à vista	120	616

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	30.06.2023	30.06.2022
<b>Remuneração</b>	<b>1.395</b>	<b>1.185</b>
Diretoria	849	746
Conselho de Administração	546	439
<b>Participação nos Lucros e resultados</b>	<b>162</b>	<b>128</b>
Administradores	162	128

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

## Notas Explicativas

### Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN n° 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 30 de junho de 2023 o Banco possui o valor de R\$ 4.721 (R\$ 4.882 em 31 de dezembro de 2022) em operações de crédito com partes relacionadas.

### Participação acionária:

Em 30 de junho de 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

## 21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2023 R\$ 255.628.

## 22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

### Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Tri 2023		30.06.2023		30.06.2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	125.578	105.211	229.378	188.177	156.367	136.743
Participação no lucro	(15.077)	(15.077)	(23.758)	(23.758)	(35.685)	(35.685)
Juros s/ capital próprio e participações	-	-	-	-	24.361	24.361
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>110.501</b>	<b>90.134</b>	<b>205.620</b>	<b>164.419</b>	<b>145.043</b>	<b>125.419</b>
Adições (exclusões)	11.045	31.481	33.457	74.639	(14.338)	5.413
<b>Base de cálculo</b>	<b>121.546</b>	<b>121.615</b>	<b>239.077</b>	<b>239.058</b>	<b>130.705</b>	<b>130.832</b>
Alíquota normal (15% e 20%)	24.309	18.242	47.816	35.859	26.141	19.625
Adicional do imposto de renda (10%)	-	12.155	-	23.893	-	13.071
<b>IR e CSLL devidos</b>	<b>24.309</b>	<b>30.397</b>	<b>47.816</b>	<b>59.752</b>	<b>26.141</b>	<b>32.696</b>
Programa de alimentação ao trabalhador	-	(730)	-	(1.435)	-	(785)
Incentivos fiscais	-	(175)	-	(175)	-	-
Prorrogação da licença maternidade	-	(235)	-	(546)	-	(345)
<b>IR e CSLL a Pagar</b>	<b>24.309</b>	<b>29.257</b>	<b>47.816</b>	<b>57.596</b>	<b>26.141</b>	<b>31.566</b>

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional n° 103 promulgada em novembro de 2019.

## Notas Explicativas

### a. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 204.903 relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos e provisões judiciais trabalhistas, ativadas em 2013 a 2023 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e de 20% de CSLL até 2023.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

### Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2023:

Créditos tributários	31.12.2022	30.06.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	105.161	31.894	(23.220)	113.835
Diferença temporária - CSLL	84.129	25.515	(18.576)	91.068
<b>Total</b>	<b>189.290</b>	<b>57.409</b>	<b>(41.796)</b>	<b>204.903</b>

Em 30 de junho de 2023, o Banco possuía registrado o montante de R\$ 204.903 (R\$ 189.290 em 31 de dezembro de 2022) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros

## Notas Explicativas

créditos, provisão de licença prêmio, provisão judiciais cíveis e marcação a mercado, dos quais R\$ 41.796 foram realizados ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2022	30.06.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	151.772	48.251	(32.050)	167.973
Diferença Temporária - Trabalhista	15.867	2.502	(2.724)	15.645
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	4.647	2.204	(1.935)	4.916
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	9.359	3.133	(2.810)	9.682
Diferença Temporária - Prov. cíveis	7.525	1.319	(2.157)	6.687
Diferença Temporária - Marcação a mercado	120	-	(120)	-
<b>Total</b>	<b>189.290</b>	<b>57.409</b>	<b>(41.796)</b>	<b>204.903</b>

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Total
Crédito tributário de I.R	6.670	13.447	13.314	13.203	12.590	54.611	113.835
Crédito tributário de C. social	5.336	10.758	10.651	10.562	10.072	43.689	91.068
<b>Total dos créditos</b>	<b>12.006</b>	<b>24.205</b>	<b>23.965</b>	<b>23.765</b>	<b>22.662</b>	<b>98.300</b>	<b>204.903</b>
Taxa média de captação a.a. (%)	10,42	18,44	26,53	35,10	44,08	99,52	
Valor presente do crédito tributário	10.873	20.436	18.940	17.602	15.729	56.771	140.351

### b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2023 totalizavam R\$ 4.821 (R\$ 4.559 em 31 de dezembro de 2022). Em 30 de junho de 2023, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2022	30.06.2023				
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	3.749	-	583	-	8.914	4.011
Provisão para outros valores e bens	810	-	-	-	1.800	810
<b>Total das adições temporárias</b>	<b>4.559</b>	<b>-</b>	<b>583</b>	<b>-</b>	<b>10.714</b>	<b>4.821</b>

## Notas Explicativas

### c. Passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2023 totalizavam R\$ 729. Em 30 de junho de 2023, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2022	30.06.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	-	405	-	405
Diferença temporária - CSLL	-	324	-	324
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>729</b>	<b>-</b>	<b>729</b>

## 23 Outras Receitas e Despesas

### 23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º tri 2023	30.06.2022	2º tri 2022	30.06.2022
Recuperação de encargos e despesas	187	345	199	370
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	3.106	6.142	1.499	1.735
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	3.102	6.256	2.616	6.600
Reversão de provisões passivas	8.018	10.847	6.126	10.662
Atualização de valores ativos	5.818	11.036	6.389	8.342
Variação cambial e diferença de taxas	6.223	9.023	1.067	11.760
Outros	98	260	355	504
<b>Total</b>	<b>26.552</b>	<b>43.909</b>	<b>18.251</b>	<b>39.973</b>

Outras despesas operacionais	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Serviços associados a transações de pagamento	(824)	(1.606)	(756)	(1.462)
Desc. concedidos em renegociações	(488)	(701)	(234)	(527)
Variação cambial e diferença de taxas	(1.791)	(4.440)	(6.077)	(6.626)
Estorno de rendas	(106)	(393)	(98)	(128)
Provisões passivas	(5.734)	(16.035)	(4.641)	(8.908)
Provisão de outros créditos em liquidação	(3.011)	(4.648)	(1.473)	(2.444)
Ações cíveis	(389)	(652)	(466)	(1.092)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(1.674)	(4.306)	-	(103)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	(1.033)
Outros	(364)	(867)	(252)	(560)
<b>Total</b>	<b>(14.381)</b>	<b>(33.648)</b>	<b>(13.997)</b>	<b>(22.883)</b>

## Notas Explicativas

## 23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Insubstituições passivas	334	417	932	965
Superveniências ativas	876	1.535	885	1.548
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	14	14	-	26
Outras receitas	177	229	106	204
Insubstituições ativas	(2.771)	(2.774)	(1.593)	(1.616)
Superveniências passivas	(28)	(46)	(140)	(140)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(67)	(333)	(551)	(1.470)
Outras despesas	(48)	(185)	(5)	(267)
<b>Total</b>	<b>(1.513)</b>	<b>(1.143)</b>	<b>(366)</b>	<b>(750)</b>

## 23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Rendas por serviços de pagamento	2.645	5.187	2.395	4.570
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	846	1.692	830	1.649
Rendas de cobrança	202	447	460	723
Rendas de pacotes de serviços - PF	26.624	52.334	21.607	41.849
Rendas de serviços diferenciados - PF	425	857	399	740
Rendas de serviços especiais - PF	490	944	528	954
Rendas de convênios	664	1.305	745	1.423
Rendas de comissão de seguros e outros	5.390	9.925	6.086	9.502
Rendas de outros serviços	1.688	3.137	862	1.567
<b>Total</b>	<b>38.974</b>	<b>75.828</b>	<b>33.912</b>	<b>62.977</b>

## 23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Fornecimento de 2ª via de cartão	156	239	68	105
Saque de conta depósito à vista e poupança	1.346	2.664	790	1.543
Transferência por meio de DOC/TED	951	1.854	989	1.899
Concessão de adiantamento e depositante	179	450	125	231
Anuidade cartão de crédito	4.239	8.359	3.842	7.199
Pacote de serviço	2.728	5.469	2.606	5.149
Fornecimento de folha de cheque	56	118	63	129
Operações de crédito	145	283	115	202
Manutenção de conta ativa	216	439	203	413
Convênios	2.413	4.625	2.248	4.166
Outras rendas	550	1.029	450	778
<b>Total</b>	<b>12.979</b>	<b>25.529</b>	<b>11.499</b>	<b>21.814</b>

## Notas Explicativas

### 23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Honorários	(790)	(1.525)	(665)	(1.301)
Encargos sociais	(35.414)	(69.523)	(27.777)	(54.011)
Benefícios	(26.231)	(52.102)	(21.476)	(41.739)
Proventos	(99.824)	(191.497)	(78.833)	(154.344)
Remuneração de estagiários	(588)	(1.131)	(626)	(1.157)
Treinamento	(422)	(755)	(437)	(756)
<b>Total</b>	<b>(163.269)</b>	<b>(316.533)</b>	<b>(129.814)</b>	<b>(253.308)</b>

### 23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Água e energia	(3.472)	(6.917)	(3.420)	(7.163)
Aluguéis	(9.771)	(19.407)	(8.702)	(17.200)
Comunicações	(8.448)	(17.857)	(12.232)	(20.141)
Contribuições filantrópicas	(52)	(236)	(185)	(308)
Manutenção e conservação de bens	(5.225)	(10.041)	(5.438)	(11.159)
Material	(374)	(751)	(521)	(1.246)
Processamento de dados	(36.824)	(69.238)	(29.224)	(60.378)
Promoções e relações públicas	(2.982)	(3.988)	1.224	(2.048)
Propaganda e publicidade	(5.234)	(9.849)	(14.800)	(16.382)
Publicação	(10)	(19)	(13)	(31)
Seguro	(58)	(97)	(51)	(171)
Serviços do sistema financeiro	(10.162)	(20.865)	(11.210)	(20.548)
Serviços de terceiros	(3.568)	(6.952)	(3.368)	(6.993)
Serviços de vigilância	(21.755)	(41.077)	(16.963)	(33.906)
Serviços técnicos especializados	(2.555)	(4.745)	(1.719)	(3.209)
Transportes	(6.833)	(12.548)	(7.149)	(16.301)
Viagens	(316)	(454)	(152)	(207)
Multas aplicadas	(3)	(3)	-	-
Outras despesas administrativas	(1.633)	(3.234)	(1.818)	(3.561)
Amortização	(9.927)	(19.348)	(8.708)	(16.456)
Depreciação	(3.174)	(6.251)	(3.018)	(6.286)
<b>Total</b>	<b>(132.376)</b>	<b>(253.877)</b>	<b>(127.467)</b>	<b>(243.694)</b>

### 23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º tri 2023	30.06.2023	2º tri 2022	30.06.2022
Outras despesas tributárias	(338)	(1.458)	(336)	(1.206)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.595)	(5.063)	(2.270)	(4.238)
Contribuição ao COFINS	(19.705)	(37.754)	(15.255)	(30.089)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.202)	(6.135)	(2.479)	(4.889)
<b>Total</b>	<b>(25.840)</b>	<b>(50.410)</b>	<b>(20.340)</b>	<b>(40.422)</b>

## Notas Explicativas

### 24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 13,58%, e o IPCA projetado\* para os próximos 12 meses de 4,00%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.06.2023	Cenário provável (13,28%)	Cenário possível - estresse 25% (16,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (19,92%)
Títulos e valores mobiliários	1.646.145	(223.546)	(279.515)	(335.320)
Operação - IPCA	Base 30.06.2023	Cenário provável (4,00%)	Cenário possível - estresse 25% (5,00%)	Cenário remoto - estresse 50% (6,00%)
Provisão para contingências	58.667	(2.347)	(2.933)	(3.520)

\* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 30/12/2022.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 69.133 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	7.495.630	-	-
A	3.746.327	-	-
B	186.043	-	-
C	59.524	-	-
D	127.957	-	-
E	28.964	9.537	2.861
F	28.229	12.317	6.158
G	44.909	31.416	21.991
H	172.482	107.256	92.930
<b>Total</b>	<b>11.890.065</b>	<b>160.526</b>	<b>123.940</b>

<b>Aumento 150% ativo problemático</b>	<b>240.788</b>
--	----------------



## Notas Explicativas

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	14.306	4.292	1.431
F	18.476	9.238	3.079
G	47.123	32.986	10.995
H	160.883	160.883	53.628
<b>Total ativo problemático</b>	<b>240.788</b>	<b>207.399</b>	<b>69.133</b>

### 25. Outras Informações

#### a. Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 30 de junho de 2023, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

#### b. Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de Janeiro de 2023.

#### Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

## Notas Explicativas

**Etapa 1 - Avaliação (2022/2023):** Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

**Etapa 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

**Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

**Etapa 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

**Etapa 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

**Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/21.

**Durante a execução da Etapa 1 foram mapeados os seguintes principais impactos.**

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo

## Notas Explicativas

de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e *clusterização* da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Res. 4.966, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

## Notas Explicativas

### c. Processo Investigatório

Ao final de 2022, o Banco tomou conhecimento de denúncias anônimas tendo por objeto supostas práticas irregulares em operações com fornecedores, eventualmente em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração determinou a constituição de Comitê de Investigação independente para apuração dos fatos alegados nas denúncias e autorizou a contratação de especialistas externos independentes.

A partir de investigações internas e externas, concluiu-se que não foram evidenciados indícios de ato intencional de um ou mais indivíduos da administração que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal e que o pagamento à fornecedores está em conformidade com os regulamentos internos do Banco.

Ressaltamos que a instituição repudia fielmente qualquer prática de corrupção e que com o intuito de manter a ética e a transparência de suas ações, disponibilizou frequentemente ao mercado informações relativas à condução das apurações das referidas denúncias.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e compliance, o Banco implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre as medidas realizadas destacamos: a Revisão do Código de Ética e Conduta com vistas ao aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; manutenção das imposições legais, das determinações dos órgãos reguladores e das melhores práticas do mercado. Obtendo, dessa forma, a melhor relação possível com os fatores internos e externos à Instituição, garantindo o crescimento constante apresentado nos últimos anos, contornando as adversidades organizacionais e evoluindo com elas.

Cabe mencionar que houve a institucionalização e publicação do remodelado MNP DO CANAL DE DENÚNCIAS DO BANPARÁ, que teve por objetivo normatizar o Canal de Denúncias Banpará, descrevendo os procedimentos pertinentes, e orientar o público interno quanto à sua utilização e fluxo operacional, no qual estão definidas as

## Notas Explicativas

responsabilidades por cada etapa do processo apresentado, com fundamento nos normativos legais que tratam do tema.

Ressalta-se que a implantação do Canal de Denúncias é fundamentada na Resolução CMN nº 4.859 de 23/10/2020, que dispõe sobre a remessa de informações relativas aos integrantes do grupo de controle e aos administradores das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a disponibilização de canal para comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades da instituição, incluindo o trato de denúncias gerais e também especiais.

As adequações realizadas no referido MNP do Canal, por sua vez, se fundamentaram especialmente nas atualizações dos normativos externos vigentes que subsidiaram a elaboração do documento; na adequação ao Regimento Interno do Conselho de Administração; no atendimento às recomendações do Comitê de Risco (CORIE); nas tratativas das Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará; e nas recomendações descritas no Relatório de Avaliação de Aderência elaborado pelo Subnúcleo de Compliance, quanto a necessidade de institucionalização das regras externas em Normativos Internos.

Neste passo, também foi institucionalizado, o Comitê de Ética no Banpará, que tem por objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias e reportes realizados via formulário disponibilizado no Site Institucional do Banpará, bem como verificar a pertinências e a veracidade das informações, para serem encaminhadas para avaliação e deliberação do Conselho de Administração do Banco, quando for o caso. Assim, o gestor do canal de denúncias, passará à ser controlado por esse Comitê multidisciplinar e independente, com toda autonomia necessária para instruir tais atos. Sobre o assunto e não menos importante, o coordenador do referido Comitê é o titular da área de Compliance e, invariavelmente, tem poderes de acesso independente e direto ao Órgão deliberativo máximo da Instituição, conforme recomendam as boas práticas.

Assim, o Banpará demonstra sua capacidade de gerir e dar tratamento às denúncias que possam, porventura, citar administradores, funcionários e colaboradores e dar o

## Notas Explicativas

devido encaminhamento aos órgãos competentes, conforme for o caso. Tais ações são rotineiras das Instituições e empresas públicas. Isso decorre nada mais do que o tópico “Responsabilidade da administração, sob a supervisão dos responsáveis pela governança” previsto no NBC TA 250, item 3. Nos preceitua que “É responsabilidade da administração, sob a supervisão dos responsáveis pela governança, assegurar que as operações da entidade sejam conduzidas em conformidade com as disposições de leis e regulamentos, inclusive a conformidade com as disposições de leis e regulamentos que determinam os valores e divulgações reportadas nas demonstrações contábeis da entidade”.

A companhia acredita estar aderente aos preceitos de avaliação de um programa de integridade efetivo nos termos do Decreto nº 11.129/2022.

A Resolução BACEN Nº 4859 de 23/10/2020 é a que dispõe sobre a remessa de informações relativas aos integrantes do grupo de controle e aos administradores das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a disponibilização de canal para comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades da instituição.

Em seu art. 3º, a Lei prevê que as instituições financeiras devem designar componente organizacional responsável pelo acolhimento e encaminhamento da comunicação de que trata o art. 2º (As instituições mencionadas no art. 1º devem disponibilizar canal de comunicação por meio do qual funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores possam comunicar, sem necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas com as atividades da instituição) à área competente para tratamento da situação. Nota-se que o Banpará optou que essa área competente fosse o recém-formado Comitê de Ética, após alguns entraves de governança constatados nos últimos anos. Registrando que a própria resolução dispõe que é facultada a designação de componente organizacional já existente para exercer as atividades mencionadas no caput, desde que a sua atuação seja pautada pela confidencialidade, independência, imparcialidade e isenção. Assim, a companhia entende que observa todos os itens indicados na Resolução em questão.

## Notas Explicativas

A estrutura de governança e integridade se encontra em patamares adequados e positivos do ponto de vista de mecanismos de conformidade. Cabe mencionar, ainda, que o Banpará possui Programa de Compliance, elemento de estrutura de governança corporativa, que consiste em um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, mitigar os riscos de compliance.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do  
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.  
Belém - PA

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Base para conclusão com ressalvas:

##### - Limitação de escopo – Investigação em curso

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 (c) às demonstrações financeiras, a Administração do Banco adotou ações investigativas com o propósito de averiguar denúncias relatando eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética do Banco por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos, bem como vem procedendo à reorganização interna do processo e da governança para apuração de denúncias. Essas ações, incluindo análises internas sobre procedência e respectivas investigações, ainda se encontram em andamento. Conseqüentemente, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações, nem seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A., se houver.

#### Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias:

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção acima intitulada "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

#### Outros assuntos:

##### - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

##### - Revisão do período anterior

As informações contábeis intermediárias do Banpará referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 11 de agosto de 2022, sem ressalvas.

Barueri, 30 de novembro de 2023



Mazars Auditores Independentes  
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Douglas Souza de Oliveira  
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Rodrigo Ribeiro Viñau  
Contador CRC-1SP 236048/O-1

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constatou que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que estas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela instituição no período. Desse modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação, considerando o Relatório dos Auditores Independentes.

Belém, 29 de novembro de 2023.

Conselho Fiscal

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)****OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre findo em 30 de junho de 2023 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e Compliance, com a Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as Demonstrações Financeiras Intermediárias estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2023 do Banpará são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 29 de novembro de 2023.

Comitê de Auditoria Estatutário

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 28 de novembro de 2023.

Diretoria Colegiada

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 28 de novembro de 2023.

Diretoria Colegiada